

EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026
PROCESSO Nº:	P089720/2026
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES, COM VISTAS À DESOBSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA REDE SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS VEGETAIS PROVENIENTES DA PODA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, com suas alterações posteriores, nos **Decretos Municipais nº 15.595**, de 22 de março de 2023, nº **15.604**, de 28 de março de 2023, nº **15.608** de 31 de março de 2023, e **13.735**, de 18 de janeiro de 2016, **Lei Municipal nº 10.350**, de 28 de maio de 2015, na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela **Lei Complementar nº 147**, de 07 de agosto de 2014 e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **DO TIPO DO OBJETO:** SERVIÇO COMUM
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

***DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sites compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br, meios pelos quais também serão publicados e mantidos os atos subsequentes à licitação.

2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

***DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 01/07/2026.

5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 16/07/2026, às 09 horas.

6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 16/07/2026, às 09 horas.

7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO:.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:.....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES: ..	
6. DA FASE DE JULGAMENTO:	
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:.....	
8. DOS RECURSOS:.....	
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	
10.DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	
11.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA.....	
12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:	
13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:	
14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação consiste no **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES, COM VISTAS À DESOBSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA REDE SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS VEGETAIS PROVENIENTES DA PODA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. A licitação será realizada em **GRUPO ÚNICO**, conforme tabela constante no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, devendo o licitante oferecer proposta para o grupo único no sistema Compras.gov.br, e apresentar os preços dos itens que o compõem na sua Proposta de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sistema eletrônico de compras do Governo Federal, disponível no portal Compras.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

2.1.1. Os licitantes deverão atender às condições de participação e de habilitação exigidas neste Edital, observadas as regras de credenciamento no SICAF e no sistema Compras.gov.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a **inabilitação** do licitante, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Edital.

2.5. A presente licitação não será destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão das características do objeto e da forma de julgamento adotada, sem prejuízo do tratamento favorecido previsto na legislação aplicável.

2.6. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da legislação municipal aplicável.

2.7. Às licitantes enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte será assegurado o exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao empate ficto e à regularização fiscal tardia, quando cabíveis.

2.8. Os licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema COMPRASGOV, o enquadramento e o exercício do direito de preferência, quando for o caso.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.13. O disposto nos itens 2.9.2 e 2.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, ou do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. A vedação de que trata o item 2.9.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza comum do objeto, a viabilidade de sua execução por empresa individualmente considerada e a necessidade de facilitar a gestão e a fiscalização contratual, sem prejuízo da competitividade do certame, conforme avaliação da Administração.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente vencedor, nos termos deste Edital.

3.1.1. O licitante que participar da licitação com suas condições de habilitação registradas no SICAF deverá declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, nos termos da legislação aplicável.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRASGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei Federal nº14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.5. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.4 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Edital.

3.7. A adjudicatária deverá apresentar, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, a **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO**, conforme modelo constante do **ANEXO VI**.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

3.9. A classificação das propostas ocorrerá somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecidas as seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado na forma do item 3.10 terá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado, estrita e permanentemente, aos órgãos de controle interno e externo.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.1.1. VALOR UNITÁRIO e o **VALOR TOTAL** do item, incluído todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.3. A proposta deverá contemplar a integralidade dos quantitativos estimados para o grupo único e para os itens que o compõem, não sendo admitida proposta parcial;

4.1.4. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais nos valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais nos valores globais, inclusive em propostas ajustadas, quando for o caso.

4.2. O valor inicialmente ofertado poderá ser superior ao valor estimado da contratação. Contudo, para fins de aceitabilidade, o valor final ofertado ao término da fase competitiva, bem como o valor negociado, se houver, deverá ser igual ou inferior ao valor máximo aceitável estabelecido para o grupo único no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.2.1. Não havendo fase de lances ou não sendo obtido valor final igual ou inferior ao limite máximo aceitável, poderá ser realizada negociação com o licitante melhor classificado, na forma deste Edital, visando à adequação do preço.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado em seus termos, bem como de fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, mão de obra e demais insumos necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contado da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos aceitáveis estabelecidos pela Administração e pelas normas de regência das contratações públicas municipais.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação do licitante, sob qualquer forma, antes do encerramento da etapa competitiva.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.2.2. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, participando da fase de lances apenas aquelas que não tiverem sido desclassificadas.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Os lances serão ofertados considerando o valor total do grupo, observada a composição dos preços unitários dos itens que o integram.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)**, aplicável tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à melhor oferta.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15. Poderá o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

5.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

5.18.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do (a) Pregoeiro (a) aos participantes, através de mensagem no Sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A empresa melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, para o fim de aplicar-se o disposto no art. 45, III da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.2.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. O não envio dos documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.23. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.24. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de lances e de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça sua participação na licitação ou futura contratação, mediante consulta, no que couber, aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).

6.2. A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, quando cabível, para fins de verificação de impedimentos à contratação.

6.3. Caso conste, no SICAF ou em outro cadastro consultado, a existência de ocorrência que demande apuração complementar, o pregoeiro diligenciará para verificar a eventual existência de fraude, burla ou impedimento indireto à participação no certame, assegurado o contraditório.

6.3.1. A tentativa de burla poderá ser verificada por meio de vínculos societários, atuação no mesmo ramo, compartilhamento de estrutura operacional, identidade de representantes ou outros elementos objetivos pertinentes.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à adoção de eventual decisão desfavorável.

6.3.3. Constatada a existência de sanção impeditiva ou de outra causa de vedação à participação, o licitante será excluído do certame por ausência de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e a regularidade da utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo aceitável fixado neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo aceitável fixado para o grupo único e para os itens que o compõem, conforme estabelecido no Termo de Referência;

6.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável.

6.7. Caso o orçamento estimado da contratação tenha sido decomposto em planilha de custos ou memória de cálculo detalhada, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar proposta readequada, com os respectivos valores ajustados ao lance final ofertado, sem majoração do preço global.

6.8. Erros materiais ou falhas formais no preenchimento da planilha ou da proposta não constituem, por si só, motivo para desclassificação, desde que seja possível o saneamento sem alteração da substância da proposta e sem majoração do preço ofertado.

6.8.1. O ajuste de que trata este item limita-se ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

6.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro dará início à fase de habilitação, na forma prevista neste Edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir o objeto da licitação, previstos neste Edital e detalhados no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída, no todo ou em parte, por registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza – SELIFOR, desde que os documentos nele constantes estejam válidos e compatíveis com as exigências deste Edital.

7.2.2. A qualificação técnico-operacional e técnico-profissional observará as exigências estabelecidas no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**, especialmente quanto à comprovação de experiência na execução da parcela de maior relevância técnica do objeto, correspondente aos serviços de poda em árvores de extragrande porte (DAP superior a 80 cm ou altura superior a 14,1 m), bem como do serviço de compostagem do material proveniente da poda das árvores, nos quantitativos mínimos ali definidos.

7.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados em formato digital, por meio do sistema, admitida a solicitação posterior de apresentação do original ou de cópia autenticada, quando necessária à verificação de autenticidade.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.5. O licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO** de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de inabilitação.

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

7.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação, quando a incorreção ou desatualização dos dados cadastrais comprometer a verificação do atendimento às exigências do Edital.

7.8. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR deverão ser enviados pelo licitante vencedor, por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa aceita.

7.9. A verificação no SICAF ou no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza – SELIFOR, bem como a exigência dos documentos neles não contidos, somente será realizada em relação ao licitante vencedor.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha sido aceita, após concluídos os procedimentos previstos nos subitens anteriores.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.14.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da legislação aplicável.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou à revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade competente, que deverá proferir decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso para futura e eventual contratação, nas condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

10.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo órgão gerenciador.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(es), bem como poderão ser registrados os licitantes que aceitarem cotar o objeto pelo preço do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

10.4. Quando o licitante convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assiná-la ou deixar de comprovar a manutenção das condições exigidas para a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as regras do cadastro de reserva, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo adjudicatário, quando admitido pela legislação aplicável.

10.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

10.6. As regras referentes ao Sistema de Registro de Preços, aos órgãos gerenciador, participantes e não participantes, aos limites e condições de adesão à Ata de Registro de Preços, ao remanejamento de quantitativos, ao descumprimento, ao prazo de vigência, à execução dos serviços e às demais disposições aplicáveis constam da **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO VIII** deste Edital.

11.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, quando for o caso;

12.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.2.9. fraudar a licitação.

12.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.2.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do **subitem 12.3.**

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) valor da contratação ou valor registrado na Ata de Registro de Preços, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no **subitem 12.7** impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, nos termos do disposto no Termo de Referência e na legislação aplicável:

12.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico



e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.9.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio **spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br**, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA - SELIFOR (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar EXCLUSIVAMENTE o procedimento do subitem 13.3, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

13.4. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. As divergências serão sanadas conforme a natureza da matéria, prevalecendo:

I- Para especificações técnicas e execução, o Termo de Referência;

II- Para rito procedimental, o Edital;

III- Para obrigações contratuais, o contrato, sem prejuízo da interpretação sistemática dos documentos.

14.10. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

14.11. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

14.12. O Edital, anexos e todos os atos necessários ao bom andamento do certame estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e endereço eletrônico compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br, meios pelos quais também serão publicados e mantidos os atos subsequentes à licitação.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO
ANEXO VII – JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES
ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IX – RELAÇÃO CATSER

Aprovado:

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos — SCSP.

02. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o registro de preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para a execução de serviços de poda de árvores, com vistas à desobstrução do sistema de iluminação pública e da rede semafórica do Município de Fortaleza, incluindo os serviços de remoção, transporte, trituração e compostagem dos resíduos vegetais provenientes da poda, de acordo com as especificações e os quantitativos previstos neste instrumento.

2.2. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços comuns, compreendendo atividades de poda de árvores, desobstrução da iluminação pública, remoção, transporte, trituração e destinação de resíduos vegetais, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões podem ser definidos de forma objetiva, por meio de especificações usuais de mercado, condição plenamente atendida no presente caso.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela natureza contínua e pela necessidade de contratações frequentes dos serviços, a serem demandados conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço.

Ressalta-se que, embora haja estimativa dos quantitativos a serem licitados, não é possível definir com precisão a demanda exata a ser executada ao longo da vigência da ata, em razão da variabilidade inerente ao crescimento vegetativo e às condições operacionais do serviço, o que torna adequada a utilização do SRP, nos termos da legislação vigente.

03. DA JUSTIFICATIVA

A arborização urbana é fundamental para a qualidade de vida da população. As árvores auxiliam na purificação e na umidade do ar, capturam gases poluentes e devolvem oxigênio à atmosfera. Além disso, revitalizam a paisagem urbana, melhoram a saúde das pessoas e contribuem para a contenção da erosão do solo.

O serviço de iluminação pública, de igual modo, proporciona qualidade de vida aos habitantes, permitindo o uso dos espaços públicos no período noturno, valorizando e preservando o patrimônio urbano, fomentando atividades de lazer, comércio e cultura, inibindo a criminalidade e reduzindo os acidentes de trânsito ao contribuir para a segurança viária.

Quando a arborização entra em desarmonia com a infraestrutura de iluminação pública, diversos problemas podem ocorrer, entre eles a perda de eficiência luminosa e a interferência nos equipamentos instalados nos postes. Neste último caso, o funcionamento da rede pode ser comprometido, causando interrupção do serviço.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A qualidade do serviço de iluminação pública está diretamente relacionada à regularidade da poda que, quando não executada de maneira contínua e correta, provoca distribuição desuniforme da luz. Quando o fluxo luminoso de uma luminária é obstruído pela vegetação, a quantidade total de luz emitida não é integralmente aproveitada, gerando sensação de baixa luminosidade e insegurança.

Logradouros pouco iluminados trazem insegurança à população, que tende a desviar de seus percursos habituais e a evitar essas áreas. Outra consequência é o aumento do risco de acidentes de trânsito em razão da iluminação precária. Ressalte-se que a iluminação adequada dos logradouros públicos é direito dos munícipes, custeada pela Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública — CIP, cujo fato gerador é a prestação, pelo Município de Fortaleza, do serviço de instalação e manutenção de iluminação pública em praças, ruas, avenidas e demais logradouros públicos.

Dessa forma, é essencial que o serviço de poda da vegetação arbórea seja executado de forma contínua e eficaz, com o objetivo de desobstruir a passagem do fluxo luminoso. Para tanto, a execução deve ocorrer de maneira periódica e sempre que necessária, mediante ordens de serviço emitidas pela Administração. Nesse contexto, a poda torna-se indispensável para que a luz se distribua uniformemente e para que os projetos luminotécnicos alcancem os resultados pretendidos.

04. ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza — SELIFOR.

05. VALOR ESTIMADO GLOBAL

R\$ 8.192.576,56 (oito milhões, cento e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

06. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo discriminadas, do orçamento da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos - SCSP. **Projeto/Atividade 19101.25.752.0132.2071.0001, Elemento de Despesa 339039, Fonte de Recurso 175100000000, do orçamento da SCSP.**

07. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES					
SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES, REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DO MATERIAL					
DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	CATSERV	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1 Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	Und	1.760	15130	R\$ 1.613,76	R\$ 2.840.217,60
2 Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m	Und	1.440	15130	R\$ 1.778,64	R\$ 2.561.241,60
3 Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou	Und	470	15130	R\$ 2.246,12	R\$ 1.055.676,40

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	altura de 8,1 até 14m)					
4	Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	Und	60	15130	R\$ 6.842,36	R\$ 410.541,60
5	Compostagem de resíduos provenientes da poda	Mês	12	15130	R\$ 110.408,28	R\$ 1.324.899,36

CUSTO ESTIMADO MENSAL	R\$ 682.714,71
------------------------------	-----------------------

CUSTO TOTAL GLOBAL	R\$ 8.192.576,56
---------------------------	-------------------------

08. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

8.1. Da execução dos serviços

8.1.1. Os serviços a serem realizados deverão estar em conformidade com o planejamento aprovado pela Administração Contratante, atendendo às especificações técnicas exigidas no Plano de Trabalho a ser apresentado pela Contratada. A produtividade mínima considerada para efeito de composição deste Termo de Referência deverá atender integralmente às necessidades da Contratante.

8.1.2. O objeto da contratação compreende os serviços rotineiros de poda de arbustos e de árvores em geral, de pequeno, médio, grande e extragrande porte, bem como o recolhimento de elementos arbóreos resultantes das podas, com o objetivo de desobstruir a iluminação pública em praças, canteiros centrais, parques urbanos, equipamentos públicos, ruas, avenidas, bem como da rede semaforica do Município de Fortaleza. O tipo de poda mais utilizado para esse fim é a poda de levantamento de copa, que consiste no corte dos ramos da parte inferior da copa, de modo que desobstrua as luminárias e otimize a iluminação do local. Quando as árvores estiverem localizadas sob redes energizadas (redes elétricas de baixa tensão), a Contratada deverá entrar em contato com a concessionária de distribuição de energia elétrica local, para que esta providencie as ações necessárias (desligamento de rede ou outra intervenção de sua competência), permitindo, em seguida, a realização do serviço de poda pela Contratada.

8.1.3. Após a execução da poda, os resíduos serão recolhidos e transportados pela Contratada para unidade de compostagem por ela disponibilizada e devidamente licenciada, salvo determinação expressa da Contratante para entrega de parcela específica em local público indicado.

8.1.4. Caso seja necessário realizar alguma interferência na rede elétrica, a Contratante solicitará formalmente, ou autorizará a contratada a solicitar em seu nome, a intervenção da concessionária. O prazo de execução da OS ficará suspenso enquanto pendente a liberação/intervenção indispensável da concessionária, sem ônus à contratada, desde que comprovada a diligência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.1.5. Os locais de execução dos serviços serão indicados pela Coordenadoria responsável pela gestão do Contrato, que definirá as atividades a serem desenvolvidas em cada local.

8.1.6. Os locais de execução dos serviços deverão ser devidamente sinalizados, permitindo total visualização das atividades e dos trabalhadores, máquinas e equipamentos envolvidos, por parte de pedestres, ocupantes de veículos, motociclistas, ciclistas e da população em geral, de modo a evitar acidentes.

8.1.7. Caberá à Contratada efetuar, quando necessário ou quando determinado pela Fiscalização, serviço de sinalização de trânsito e de proteção para os munícipes e trabalhadores, ficando sob sua responsabilidade todo e qualquer acidente ou incidente que possa ocorrer em decorrência da execução dos serviços.

8.2. Das especificações dos serviços

8.2.1. A poda destinada à desobstrução da iluminação pública consiste na remoção de galhos ou ramos para diminuir e/ou corrigir as interferências com os circuitos de iluminação pública, bem como para desobstrução de luminárias. O volume máximo a ser removido em cada poda deverá ser de, no máximo, 1/3 (um terço) do volume total da copa, distribuído de maneira uniforme. Os equipamentos utilizados não poderão ser de impacto e deverão propiciar a perfeita cicatrização da casca.

8.2.2. Os resíduos vegetais deverão ser recolhidos no mesmo dia da execução do serviço, por meio de caminhões da Contratada, imediatamente após a conclusão da poda, e depositados em local adequado, sob a sua responsabilidade. A Contratada deverá fornecer relatório de execução dos serviços, com registro fotográfico do "antes" e "depois", elaborado por seu engenheiro agrônomo ou florestal, cujo custo já deverá estar incluso no preço unitário de cada item.

8.2.3. O serviço deverá contar com acompanhamento permanente de engenheiro agrônomo e de engenheiro eletricista, devidamente habilitados junto aos respectivos conselhos profissionais e pertencentes ao quadro da Contratada.

8.2.4. Para que os serviços sejam conduzidos dentro dos parâmetros mínimos de segurança, a Contratada deverá utilizar todos os equipamentos de proteção individual — EPIs e de proteção coletiva — EPCs necessários, com a devida sinalização, garantindo a segurança dos trabalhadores, dos bens públicos e particulares e da integridade da população em geral.

8.3. Da área de atuação dos serviços

8.3.1. A área de abrangência dos serviços será a zona urbana do Município de Fortaleza, compreendida pelas Secretarias Regionais SR 1, SR 2, SR 3, SR 4, SR 5, SR 6, SR 7, SR 8, SR 9, SR 10, SR 11 e SR 12, mais especificamente em praças, canteiros centrais, parques urbanos, equipamentos públicos, ruas e avenidas.

8.3.2. As podas serão solicitadas pela população, pelas Secretarias Regionais, e autorizadas pela Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos — SCSP, por intermédio da Coordenadoria de Iluminação Pública — COEIP.

8.4. Da destinação final do material coletado

8.4.1. A destinação dos resíduos provenientes dos serviços será de responsabilidade da Contratada, devendo encaminhá-lo para compostagem.

8.4.2. A compostagem dos resíduos provenientes da poda urbana em Fortaleza é de grande importância, pois transforma um passivo ambiental em recurso valioso, reduzindo o volume de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



material encaminhado ao aterro sanitário e prolongando sua vida útil. O processo gera composto orgânico de qualidade, que pode ser utilizado em jardins, praças e áreas verdes do Município, fechando o ciclo sustentável de manejo dos resíduos. Essa prática contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, promove a economia circular e fortalece a imagem de Fortaleza como cidade comprometida com a gestão ambiental responsável.

8.4.3. Percentual de até 20% (vinte por cento) dos resíduos de poda de árvores será destinado ao Horto Florestal do Município de Fortaleza, sempre que solicitado à SCSP, sendo esse material utilizado para produção de mudas.

8.4.4. Os resíduos vegetais serão prioritariamente encaminhados para pátios de compostagem, com vistas ao seu reaproveitamento. A definição da destinação do adubo produzido ficará a cargo da Contratante.

8.5. Dos equipamentos

8.5.1. A Contratada deverá fornecer as ferramentas e os equipamentos em tipos e quantidades compatíveis com o volume de serviços, mantendo estoque permanente em almoxarifado seguro e de sua responsabilidade.

8.5.2. A manutenção das ferramentas será de total responsabilidade da Contratada, que deverá substituí-las imediatamente quando apresentarem quaisquer defeitos ou necessidade de conserto.

8.5.3. Para a execução dos serviços de poda de árvores, a Contratada deverá computar em seus custos, no mínimo, os seguintes equipamentos para cada frente de trabalho:

a) 02 (dois) caminhões do tipo sky com lança de, no mínimo, 17 metros, com cesto de fibra isolado em 15 kV (mínimo), em conformidade com a NR 12, e cabine suplementar para, no mínimo, 4 passageiros. Esse equipamento será obrigatório para todos os serviços realizados em proximidade de redes energizadas. O caminhão deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação, PBT mínimo de 16 t e potência mínima de 260 cv. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 110 km/dia rodados por caminhão e 26 dias úteis trabalhados por mês.

b) 02 (dois) caminhões carroceria com capacidade mínima de 8 m³ para acondicionamento e transporte de resíduos até o local de beneficiamento. O caminhão deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação, PBT mínimo de 16 t e potência mínima de 260 cv. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 200 km/dia rodados por caminhão e 26 dias úteis trabalhados por mês.

c) 01 (um) triturador de galhos de 25 HP e diâmetro de corte de, no mínimo, 25 cm. O triturador deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 3 horas trabalhadas por dia e 26 dias úteis trabalhados por mês.

d) 01 (uma) minicarregadeira (bobcat) com potência mínima de 72 HP para os serviços de compostagem. O equipamento deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 6 horas trabalhadas por dia e 26 dias úteis trabalhados por mês.

e) 02 (duas) picapes para as equipes administrativas da Contratada. O veículo deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação e potência mínima de 95 cv. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 25 km/dia rodados por veículo e 26 dias úteis trabalhados por mês.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



f) 04 (quatro) motosserras de médio porte, com potência igual ou superior a 3 cv. O equipamento deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 6 horas trabalhadas por dia e 26 dias úteis trabalhados por mês.

g) 04 (quatro) podadores telescópicos motorizados (motopodas) com lança para corte em altura de, pelo menos, 3 metros. O equipamento deverá possuir, no máximo, 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto, para fins de dimensionamento, um quantitativo mínimo de 6 horas trabalhadas por dia e 26 dias úteis trabalhados por mês.

8.5.4. A Contratada deverá providenciar, previamente ao início da execução dos serviços, todos os licenciamentos necessários para as motosserras e motopodas, as quais serão operadas pelos podadores de árvore componentes da equipe.

8.5.5. Ficará a critério da Contratada a definição do modo de transporte de seus funcionários, podendo ser realizado por veículo próprio para transporte de passageiros ou por meio de cabine suplementar instalada nos caminhões.

8.6. Da mão de obra e da segurança

8.6.1. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a seleção, contratação e gestão de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, observando rigorosamente as prescrições relativas à legislação trabalhista, previdenciária, assistencial, securitária e sindical, sendo considerada, para todos os efeitos, como única empregadora.

8.6.2. A Contratada responsabilizar-se-á pelo transporte, alimentação e demais benefícios previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho — CCTs vigentes com abrangência no Município de Fortaleza e na legislação trabalhista em vigor.

8.6.3. A Contratada deverá prever no orçamento todos os custos referentes à remuneração e aos benefícios dos funcionários, conforme as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes.

8.6.4. A Contratada deverá observar, rigorosamente, as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, especialmente no que se refere à segurança em proximidade de redes energizadas.

8.6.5. Fornecer e manter, às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança, Equipamentos de Proteção Individual — EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva — EPCs, indispensáveis à execução dos serviços, em quantidades compatíveis com o objeto.

8.6.6. Os funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme as Normas Regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, compatíveis com cada tipo de atividade.

8.6.7. A Contratada deverá manter o número de funcionários compatível com o volume de serviços a ser executado mensalmente, contendo, no mínimo, as funções e os quantitativos descritos a seguir.

MÃO DE OBRA		
SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Serviços de Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	PODADOR	2,00
	AJUDANTE	4,00
	GARI COLETOR	3,00
	MOTORISTA	2,00
	ENG. AGRÔNOMO	0,25

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m)	PODADOR	2,00
	AJUDANTE	4,00
	MOTORISTA	2,00
	GARI COLETOR	3,00
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	ENCARREGADO	0,25
	PODADOR	1,60
	AJUDANTE	3,20
	MOTORISTA CAMINHÃO	1,60
	GARI COLETOR	2,40
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
	PODADOR	0,40
	AJUDANTE	0,80
	MOTORISTA CAMINHÃO	0,40
	GARI COLETOR	0,60
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
Compostagem de resíduos provenientes da poda	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
	OPERADOR AMBIENTAL	3
	TÉCNICO AMBIENTAL	1
	OPERADOR DE MÁQUINA	1

8.7. Uniformes e EPIs**8.7.1.** Os funcionários deverão possuir, no mínimo, os seguintes uniformes e EPIs:

UNIFORME E EPI - MOTORISTA	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJ. CALÇA E CAMISA	4
CALÇADO	4

**UNIFORME E EPI - ENCARREGADO DE TURMA, TÉCNICO EM SEGURANÇA
DO TRABALHO E TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE****SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJ. CALÇA E CAMISA	4
CALÇADO	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
BONÉ	2

UNIFORME E EPI – AJUDANTE, OPERADOR AMBIENTAL E COLETOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJUNTO CALÇA E CAMISA	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
CALÇADO	3
MÁSCARA PFF2 S/VALVULA	156
LUVA DE PROTEÇÃO	24
BONÉ	2

UNIFORME E EPI - PODADOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJUNTO CALÇA E CAMISA	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
CALÇADO ISOLAMENTO ELETRICO	3
MÁSCARA PFF2 S/VALVULA	156
LUVA ANTICORTE	12
PROTETOR FACIAL	4
CINTURÃO DE SEGURANÇA	2
CORDA DE SEGURANÇA	2
CAPACETE	2

8.8. Ferramental

8.8.1. As equipes deverão possuir, no mínimo, os seguintes ferramentais:

EQUIPE DE PODA	
ITEM	QUANTIDADE (ANUAL)
FOICE	6
TESOURA PODA	6
GARRAFA TÉRMICA	1

EQUIPE DE COLETA	
ITEM	QUANTIDADE (ANUAL)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

VASSOURÃO	12
CARRINHO DE MÃO	2
GARRAFA TÉRMICA	2
RASTELO	6
PÁ QUADRADA	6

EQUIPE DE COMPOSTAGEM	
ITEM	QUANTIDADE (ANUAL)
TERMÔMETRO COM HASTE	2
PENEIRA ROTATIVA	1
CARRO DE MÃO	4
GARFO (10 DENTES)	4
ENXADAS	4
VASSOURÃO	4
BALDE DE ZINCO 20L	4
PÁ QUADRADA	4
BALANÇA	2

8.9. Do manual de arborização

8.9.1. A Contratada deverá observar as diretrizes do Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade de Fortaleza/2020, editado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente — SEUMA, cumprindo integralmente os procedimentos técnicos para poda nele estabelecidos.

8.9.2. O Plano Diretor de Arborização Urbana poderá ser obtido no sítio eletrônico da SEUMA.

8.10. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes

8.10.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal não participantes do procedimento licitatório, observadas as condições, limites e requisitos estabelecidos no Decreto Municipal nº 15.608/2023, no Edital e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

8.10.2. As adesões eventualmente autorizadas pelo órgão gerenciador deverão observar a disponibilidade quantitativa da Ata de Registro de Preços, preservados os quantitativos originalmente estimados e registrados para atendimento das demandas do órgão gerenciador, bem como a continuidade e a adequada execução dos serviços relacionados à manutenção da iluminação pública do Município de Fortaleza.

8.10.3. A autorização para adesão ficará condicionada à manifestação favorável do órgão gerenciador, observada a conveniência administrativa, a vantajosidade da contratação, a disponibilidade quantitativa e a inexistência de prejuízo ao planejamento estimado para atendimento das demandas institucionais do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

09. PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços deverão ser executados pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, até o limite admitido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1. Quanto à execução

10.1.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Contratante.

10.1.2. Os serviços deverão ser iniciados e concluídos dentro dos prazos estabelecidos conforme o grau de prioridade da demanda, a ser indicado na respectiva Ordem de Serviço, observados os seguintes parâmetros:

a) Prioridade urgente: até 03 (três) dias úteis para conclusão;

b) Prioridade ordinária: até 05 (cinco) dias úteis para conclusão.

10.1.3. Os prazos estabelecidos poderão ser ajustados pela Contratante, mediante justificativa técnica, considerando a complexidade, o volume dos serviços e as condições operacionais no local de execução.

10.1.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, bem como aqueles decorrentes de fatores alheios à atuação da contratada — tais como necessidade de apoio de concessionárias, intervenções no tráfego ou condições climáticas adversas — poderão ensejar a suspensão ou prorrogação dos prazos, desde que formalmente justificados e aceitos pela Contratante.

10.2. Quanto ao recebimento

10.2.1. Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por servidor ou comissão credenciada pela Contratante.

10.2.2. Definitivamente, mediante termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto e certificação de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, com a consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação. Em caso de desconformidade, o objeto será rejeitado.

10.2.3. O registro da execução de cada serviço será formalizado pela Contratada mediante documentação fotográfica ("antes" e "depois"). Caso a Contratante identifique desconformidade no serviço (execução incompleta, em desacordo com o especificado, irregularidade na qualidade ou na quantidade, ou descumprimento de condição previamente estabelecida), será solicitada nova execução em caráter emergencial, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3. Do prazo para início dos serviços

10.3.1. A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato ou do recebimento da primeira Ordem de Serviço, o que ocorrer por último.

10.3.2. Como condição para assinatura do contrato ou, no máximo, antes da emissão da primeira OS, a contratada deverá comprovar a regularidade ambiental da unidade de compostagem e das autorizações de transporte e operação exigíveis.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do portal de compras públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do portal de compras públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3. Somente haverá necessidade de comprovação mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam comprovadamente emitidos somente em nome da matriz.

11.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos do edital, a documentação indicada nos subitens a seguir.

11.7. Habilitação jurídica

11.7.1 Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

11.7.1.1. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

11.7.1.2. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo (a) Pregoeiro (a).

11.7.1.3. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

11.7.1.4. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

11.7.1.5. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.7.1.6. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.7.1.7. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

11.7.1.8. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples, no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz

11.7.1.9. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.8.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

- a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.
- b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.
- c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

11.8.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.8.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.9. Qualificação econômico-financeira

11.9.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

11.9.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

11.9.1.2. Será objeto de julgamento o balanço patrimonial de cada exercício, separadamente, de forma independente, para fins de exigência do presente Edital.

11.9.1.3. Os documentos referidos no subitem 5.4.3, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.9.1.4. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

11.9.1.5. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

11.9.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.9.3. O balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, todos registrados e autenticados na Junta Comercial, constando, necessariamente, o número do Livro Diário e das respectivas folhas nas quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

11.9.4. Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitado os termos do Decreto nº 8.683/2016 e a INRFB vigente.

11.9.5. O balanço patrimonial apresentado deverá corresponder aos termos de abertura e encerramento do Livro Diário apresentado.

11.9.6. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação e editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

11.9.6.1. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

11.9.7. No caso de Licitante recém-constituída (há menos de 01 (um) ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

11.9.8. No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.9.9. Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá ser comprovada a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

Ou

$$\text{LC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \geq 1,0$$

Ou

$$\text{SG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

LC: Liquidez Corrente

SG: Solvência Geral

AT: Ativo total

11.9.9.1. Caso o subitem **11.9.9** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO** não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovada através da apresentação do balanço patrimonial.

11.10. Habilitação técnica

11.10.1. Registro ou inscrição da pessoa jurídica e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, onde conste área de atuação compatível com os serviços objeto da licitação, emitido pelo Conselho da jurisdição da sede da licitante.

11.10.2. Comprovação de que a licitante possui Responsável Técnico legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente admitido pelo respectivo conselho profissional, que demonstre a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

11.10.3. Comprovação da existência de profissional legalmente habilitado, com atribuição para atividades de gestão, processamento, tratamento ou compostagem de resíduos orgânicos,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



devidamente registrado no respectivo conselho profissional competente, quando exigível pela legislação aplicável.

11.10.4. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, serão consideradas parcelas de maior relevância técnica do objeto:

1. Execução de serviços de poda em árvores de extragrande porte (DAP superior a 80 cm ou altura superior a 14,1 m), devendo ser comprovada a execução mínima de 30 (trinta) unidades, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade anual estimada para o serviço;
2. Processamento e compostagem de resíduos vegetais oriundos de serviços de poda, mediante apresentação de atestado(s) que demonstre(m) experiência compatível com as características do objeto licitado, com o quantitativo mínimo mensal de 165,42 m³.

NOTA 1: Para o item 5, poderá ser utilizada a conversão de 0,1 t para cada 1 m³.

11.10.5. Será permitido o somatório de quantitativos de atestados, desde que sejam referentes ao mesmo período de execução.

11.10.6. Os profissionais responsáveis técnicos deverão possuir registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA.

11.10.7. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, cujo nome conste em Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente admitido pelo respectivo conselho profissional, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância do objeto, compreendendo:

1. Poda em árvores de extragrande porte (DAP superior a 80 cm ou altura superior a 14,1 m);
2. Atividades relacionadas ao processamento e à compostagem de resíduos vegetais provenientes de serviços de poda, quando exigível pelo respectivo conselho profissional.

11.10.8. A comprovação do vínculo do responsável técnico poderá ser feita mediante apresentação de:

- a) Cópia do contrato social, requerimento de empresário individual ou estatuto social, caso seja sócio;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS ou do registro de empregados, caso seja celetista;
- c) Cópia do contrato de prestação de serviços, caso atue como prestador de serviços.

11.10.9. Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente: o empregado, o sócio ou detentor de contrato de prestação de serviços.

11.10.10. Na hipótese de um mesmo profissional ser indicado por mais de um licitante, o pregoeiro promoverá diligência para apurar a efetiva disponibilidade e vinculação, vedada a inabilitação automática sem contraditório.

11.10.11. O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, após a assinatura do contrato, desde que previamente aprovada pela Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.10.12. Relação dos principais equipamentos disponíveis para utilização nos serviços, em modelo próprio, acompanhada de declaração da licitante de que os equipamentos se encontram em condições de produção plena, obrigando-se, caso vencedora, a substituir qualquer equipamento que, a juízo da SCSP, não apresente rendimento satisfatório, sem ônus para a Contratante.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, conforme a legislação municipal aplicável.

12.1.1. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

12.2. O pagamento poderá ser retido nos limites legalmente admitidos e mediante instauração de procedimento, assegurado contraditório, sem prejuízo do pagamento da parcela incontroversa regularmente executada.

12.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou caso este não esteja de acordo com as especificações deste instrumento.

12.4. Em caso de atraso de pagamento imputável exclusivamente à Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculados pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da parcela em atraso.

12.5. Os pagamentos estão condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes de regularidade: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS — CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

12.6. A documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

12.7. O pagamento somente será autorizado mediante a apresentação do boletim de medição, contendo planilha orçamentária com o demonstrativo do quantitativo executado, preço unitário e total de cada item.

12.8. Do reajuste de preços

12.8.1. Os preços contratados serão reajustados após o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como índice o IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme o art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.8.2. A data-base para o reajuste será a data de apresentação da proposta.

12.8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data do último reajuste.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 — 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A Contratada que incorrer em infrações no curso da licitação ou da execução contratual estará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, entre outras: dar causa à inexecução parcial do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.3. As sanções aplicáveis são:

- I — Advertência, aplicável quando a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II — Multa;
- III — Impedimento de licitar e contratar;
- IV — Declaração de inidoneidade.

13.3.1. A aplicação de multa observará os seguintes parâmetros, vedada a aplicação cumulativa de penalidades sobre o mesmo fato gerador, salvo quando expressamente justificado:

- a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da prestação vencida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, nas hipóteses de recusa injustificada na assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, inexecução total ou parcial que caracterize grave dano à Administração;
- d) Multa de 1,0% (um por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso na implantação dos serviços, até o 5º (quinto) dia, contados do prazo máximo para início;
- e) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato por ocorrência de uso de uniformes não padronizados;
- f) Multa de 1,0% (um por cento) do valor mensal do contrato, por dia, pela não adoção de providências corretivas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação referente à falta ou inadequação de equipamentos de produção, proteção individual e coletiva;
- g) Multa de 1,0% (um por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso, pelo não atendimento de determinações ou solicitações da Contratante pertinentes à execução dos serviços;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



h) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência, em razão do uso de veículos inadequados, transporte de resíduos sem os devidos cuidados de proteção, veículos sem identificação, solicitação de propinas ou favores por parte de funcionários da Contratada ou ingestão de bebidas alcoólicas em serviço;

i) Multa de 1,0% (um por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência, pela execução de serviços não autorizados ou em áreas não designadas, por tentativa de fraude ou por descarga em locais não autorizados;

j) Multa de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência, por prejuízos causados ao meio ambiente pela execução incorreta dos serviços;

k) Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência, pelo não atendimento à substituição de empregado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;

l) Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor mensal do contrato, por cada serviço não iniciado, por atraso superior a 90 (noventa) minutos.

13.3.2. O valor total das multas aplicadas em decorrência de uma mesma infração ou de um mesmo fato gerador ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

13.3.3. As infrações serão consideradas reincidentes quando, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, caso em que será aplicada multa em dobro da prevista para a infração original.

13.3.4. A ocorrência deverá ser registrada pela fiscalização tão logo constatada, observados os prazos processuais legais e regulamentares.

13.4. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a Contratada recolherá o valor por meio de Documento de Arrecadação Municipal — DAM. Caso não o faça, a multa será cobrada judicialmente.

13.5. A Contratada terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da data de intimação, para as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade; e de 05 (cinco) dias úteis para as demais sanções, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A competência para aplicação das sanções de advertência e multa é da autoridade gestora do contrato ou do secretário da SCSP. A sanção de impedimento de licitar e contratar é de competência da autoridade máxima do órgão. A declaração de inidoneidade é de competência da autoridade máxima do Município de Fortaleza.

13.7. A aplicação de multas não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar o objeto em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento e no contrato.

14.2. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade, o fato de a Contratante proceder à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual.

14.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e de legislação de acidentes do trabalho e normas correlatas.

14.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, salvo quando envolverem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.7. Refazer, sem ônus para a Contratante, o serviço que comprovadamente apresente defeito ou desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, no prazo de 02 (dois) dias, contados da notificação.

14.8. Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

14.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto, cuja conduta seja considerada inadequada pela Fiscalização da Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância das normas de segurança e medicina do trabalho previstas no Título II, Capítulo V, da CLT e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, bem como pela legislação correlata vigente.

14.11. Os veículos empregados pela Contratada deverão conter a inscrição "A SERVIÇO DA PREFEITURA", com caracteres legíveis e em bom estado de apresentação.

14.12. Todos os funcionários deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e munidos de crachá de identificação.

14.13. Manter os uniformes de toda a equipe em perfeito estado de conservação, substituindo-os sempre que necessário, e fornecer capas impermeáveis padronizadas em quantidade suficiente para os funcionários destacados para atividades externas.

14.14. Fornecer todos os equipamentos de proteção e segurança individuais e coletivos necessários à execução de cada tipo de serviço, responsabilizando-se por sua efetiva e correta utilização.

14.15. Responsabilizar-se pelo deslocamento de seus operários e materiais para as frentes de serviço, utilizando, quando necessário, veículos devidamente adequados para tal fim.

14.16. É terminantemente proibido aos funcionários da Contratada, durante o período de trabalho: ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica; pedir ou receber gratificações, a qualquer título; e exercer atividade alheia ao contrato.

14.17. Triturar os resíduos resultantes da poda de árvores em local adequado para compostagem.

14.18. Deixar o local de execução dos serviços isento de qualquer resíduo remanescente (folhas, galhos, madeira triturada), procedendo, se necessário, à varrição completa.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.29. Fornecer, para cada Ordem de Serviço, as seguintes informações: tipo de serviço executado; local de execução; horários de execução; prazo de execução; e quantitativo físico do serviço, quando viável a sua mensuração.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Solicitar a execução dos serviços à Contratada por meio de Ordem de Serviço.

15.2. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Fiscalizar a execução do objeto por meio de sua unidade competente, podendo solicitar providências à Contratada, que deverá atendê-las ou justificar eventual impossibilidade.

15.4. Notificar a Contratada acerca de qualquer irregularidade identificada na execução do contrato.

15.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Contratante, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021, que atuará como fiscal do contrato.

16.2. O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento técnico da execução, pelo registro de ocorrências e pela adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, nos limites de sua competência.

16.3. A designação do gestor e do fiscal do contrato será formalizada por ato da autoridade competente da SCSP, previamente à assinatura do contrato.

17. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO

17.1. O custo estimado foi elaborado a partir de planilhas baseadas em pesquisa de preços constante do processo administrativo.

17.2. A Contratada deverá apresentar planilha de composição de custos contemplando todas as despesas que compõem o objeto deste Termo de Referência, conforme modelo em Anexo a este TR.

17.3. Para uniformização dos cálculos, deverá ser seguido o modelo de planilha em Anexo a este TR.

17.4. Todos os custos relativos à mão de obra deverão estar de acordo com a legislação trabalhista e as convenções coletivas vigentes no Município de Fortaleza.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

18.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O prazo de vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. A Contratada deverá prestar garantia de execução do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária.

19.2. A garantia deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, e terá validade durante toda a vigência contratual, acrescida de mais 03 (três) meses.

19.3. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e a comprovação do pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Admite-se subcontratação apenas de atividades acessórias e instrumentais, vedada a transferência da responsabilidade pela poda e pela gestão central da execução, condicionada à autorização prévia e comprovação da regularidade técnica e ambiental do subcontratado.

21. DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

21.1. A matriz de alocação de riscos entre Contratante e Contratada constitui o Anexo I.C deste Termo de Referência, elaborada nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. A contratação observará os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 11, IV, e no art. 18, XII, da Lei nº 14.133/2021, entre os quais: a priorização da compostagem dos resíduos vegetais em detrimento da destinação a aterro sanitário; o uso de equipamentos com níveis de emissão de poluentes compatíveis com a legislação ambiental vigente; e a observância das normas de licenciamento ambiental aplicáveis, especialmente quanto ao uso de motosserras e à destinação de resíduos.

23. JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

23.1. O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 faculta à Administração a admissão de consórcios em licitações, salvo vedação devidamente justificada.

23.2. O objeto do presente certame consiste na prestação de serviços de poda de árvores, remoção, transporte, trituração e compostagem de resíduos vegetais, atividades amplamente consolidadas no mercado e regularmente executadas por empresas individuais de porte médio e grande, dotadas de capacidade técnica e operacional suficiente.

23.3. A natureza contínua e integrada dos serviços exige uniformidade operacional, coordenação das equipes de campo e resposta imediata às ordens de serviço, o que recomenda a centralização da responsabilidade técnica e gerencial em um único contratado.

23.4. A formação de consórcios, nesse contexto, poderia gerar entraves à gestão contratual, dada a diversidade de estruturas organizacionais e padrões de qualidade entre as consorciadas, dificultando o controle técnico e a responsabilização por falhas na execução.

23.5. Ademais, a admissão de consórcios entre empresas que individualmente já dispõem de capacidade para executar o objeto não necessariamente amplia a competitividade, podendo, inclusive, reduzi-la ao concentrar potenciais concorrentes independentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



23.6. Diante do exposto, resta justificada a vedação à participação de empresas em consórcio, em consonância com a discricionariedade administrativa reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.636/2007 — Plenário, entre outros).

24. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

24.1. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

24.2. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da CONTRATANTE e na estrita medida necessária à execução do objeto contratual, vedada a utilização para finalidade diversa.

24.3. A CONTRATADA deverá assegurar a confidencialidade, integridade e segurança das informações, adotando padrões adequados de proteção, inclusive quanto ao controle de acesso e à prevenção de incidentes.

24.4. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, a CONTRATADA deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE.

24.5. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE:

- a) Número do processo: **P089720/2026**
- b) Área solicitante: **Coordenadoria Especial de Iluminação Pública (COEIP).**
- c) Equipe responsável pela contratação:

1.1. A Equipe de Planejamento da Contratação é composta por representantes das áreas solicitante, técnica e de contratação, designados pelas autoridades competentes, reunindo as competências necessárias à execução da etapa de planejamento, com conhecimento sobre os aspectos técnicos do objeto e sobre licitações e contratos.

Nelson Calixto - Coordenador da Coordenadoria Especial de Iluminação Pública
Wagner Jesus Simão de Sousa – Assessor Técnico

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação e evidenciar o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

O Município de Fortaleza possui extensa arborização urbana distribuída em vias públicas, praças, canteiros centrais e demais logradouros, coexistindo com um parque de aproximadamente 210.000 pontos de iluminação pública e diversos equipamentos semafóricos. A arborização urbana desempenha relevante função ambiental e paisagística; contudo, seu crescimento contínuo, especialmente intensificado em períodos chuvosos, gera interferências diretas na infraestrutura de iluminação e sinalização viária.

A obstrução das luminárias compromete a eficiência do sistema de iluminação pública, reduz a visibilidade noturna e impacta negativamente a segurança viária e a sensação de segurança da população. Além disso, galhos em contato com a rede elétrica e com equipamentos semafóricos podem provocar falhas operacionais, riscos de acidentes e danos ao patrimônio público. O problema identificado consiste, portanto, na necessidade permanente de manejo arbóreo técnico e sistemático para assegurar a plena funcionalidade da iluminação pública e da sinalização urbana.

A experiência decorrente da execução contratual anterior evidenciou que a demanda é contínua, dinâmica e crescente, influenciada pelo desenvolvimento natural da vegetação, por fatores sazonais e pelas solicitações registradas nos canais oficiais de atendimento ao cidadão, além das vistorias técnicas realizadas pela Administração. Verificou-se, ainda, que os quantitativos inicialmente estimados não refletiram integralmente a dimensão real da necessidade municipal, reforçando a importância de adequado dimensionamento da futura contratação.

Os serviços demandados possuem natureza técnica especializada, exigindo mão de obra qualificada, equipamentos específicos, logística estruturada para remoção e transporte, bem como destinação ambientalmente adequada dos resíduos vegetais, com reaproveitamento prioritário por meio de trituração e compostagem, em conformidade com as normas ambientais e com o Plano Diretor de Arborização Urbana de Fortaleza.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para solucionar problema concreto e recorrente relacionado à manutenção da eficiência do parque de iluminação pública, à segurança urbana e à adequada gestão da arborização municipal, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público, da economicidade e da sustentabilidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada, com comprovada capacidade técnica e operacional, para a execução de serviços contínuos e integrados de poda de árvores no Município de Fortaleza. A iniciativa tem como objetivo principal a desobstrução da iluminação pública, abrangendo ainda a remoção, transporte, trituração e compostagem dos resíduos gerados pelas intervenções. Esses serviços visam atender às demandas permanentes da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos (SCSP), relacionadas à manutenção da arborização urbana e à preservação da segurança pública, garantindo maior eficiência na infraestrutura de iluminação.

A operacionalização dessa solução exige uma abordagem multidisciplinar, que compreende a utilização de mão de obra técnica especializada, frota de veículos apropriada, equipamentos de uso contínuo, bem como uma estrutura administrativa de apoio. A execução dos serviços será pautada por premissas fundamentais, como sustentabilidade ambiental, economicidade dos recursos públicos, eficiência administrativa, rastreabilidade das ações e segurança dos trabalhadores.

A contratação ora pretendida tem como finalidade alcançar resultados concretos e mensuráveis, abrangendo aspectos técnicos, operacionais, ambientais, sociais, econômicos e administrativos. Essa abordagem integrada busca não apenas solucionar problemas relacionados à manutenção da arborização e da iluminação pública, mas também gerar benefícios qualitativos e quantitativos a curto, médio e longo prazo.

3.1 Resultados Pretendidos

Os resultados esperados com a execução contratual foram classificados em eixos de atuação, contemplando metas específicas e benefícios transversais que refletem diretamente nos serviços prestados, na qualidade de vida da população e na eficiência da gestão pública.

3.1.1 Resultados técnicos e operacionais

- a) Realização contínua e sistemática dos serviços de poda de árvores em vias públicas, praças e demais equipamentos públicos, de acordo com normas técnicas e diretrizes do Manual de Arborização de Fortaleza.
- b) Atendimento integral às Ordens de Serviço (OS) emitidas pela contratante, com prazos definidos, registros fotográficos do antes e depois das intervenções e rastreamento das equipes por GPS.
- c) Redução do tempo de resposta para demandas emergenciais, como quedas de árvores e galhos em situações de risco iminente, com equipes de prontidão atuando de forma ágil, inclusive em finais de semana e feriados.
- d) Execução integrada das etapas de poda, transporte, trituração e compostagem, evitando lacunas operacionais e otimizando os processos.
- e) Maior eficiência no uso de veículos, equipamentos e mão de obra técnica, com padronização dos procedimentos e melhor desempenho operacional.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.1.2 Resultados Ambientais e Ecológicos

- f) Reaproveitamento de, no mínimo, 80% dos resíduos vegetais gerados, por meio de trituração e compostagem, reduzindo o volume de material encaminhado ao aterro sanitário e prolongando sua vida útil.
- g) Produção de composto orgânico para utilização em praças, parques, canteiros e áreas verdes do Município, promovendo a economia circular e reduzindo a dependência de insumos químicos.
- h) Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas ao transporte de resíduos para aterros, contribuindo para as metas climáticas do Município.
- i) Preservação da biodiversidade urbana mediante manejo arbóreo tecnicamente adequado, com avaliação fitossanitária prévia e compensação ambiental por meio de plantio de espécies nativas.
- j) Manutenção do equilíbrio ecológico, assegurando que as intervenções respeitem períodos de nidificação da fauna e a integridade de habitats urbanos sensíveis.

3.1.3 Resultados Sociais e Urbanos

- a) Melhoria da segurança pública e viária, assegurada pela eliminação de galhos e copas que obstruem a iluminação pública, reduzindo pontos de vulnerabilidade e minimizando riscos de acidentes.
- b) Valorização dos espaços públicos, proporcionando áreas mais iluminadas, seguras e agradáveis para lazer, prática de esportes e atividades culturais.
- c) Redução significativa das reclamações da população relacionadas à iluminação pública e à conservação das árvores, por meio de uma prestação de serviços ágil e eficiente.
- d) Geração de empregos diretos e indiretos, com a exigência de contratação de mão de obra qualificada, incentivando a inclusão social e a profissionalização de trabalhadores locais.

3.1.4 Resultados Administrativos e de Gestão Pública

- a) Fortalecimento da capacidade institucional da SCSP na implementação de políticas públicas voltadas ao manejo arbóreo e à manutenção da iluminação urbana.
- b) Melhoria no controle e fiscalização contratual, com o uso de sistemas informatizados de gestão de Ordens de Serviço, incluindo georreferenciamento arbóreo e rastreamento em tempo real de veículos e equipes.
- c) Geração de um banco de dados georreferenciado sobre a arborização urbana, contendo informações técnicas e fitossanitárias para subsidiar planos de manejo e tomadas de decisão estratégicas.
- d) Produção de relatórios periódicos detalhados, com indicadores de produtividade, volume de resíduos coletados, percentual destinado à compostagem e eficiência no atendimento das Ordens de Serviço.
- e) Integração do sistema informatizado da contratada com os sistemas municipais, como o Sistema de Protocolo Único (SPU), assegurando interoperabilidade e transparência.
- f) Redução de custos públicos associados ao transporte de resíduos para aterros sanitários e à aquisição de insumos químicos, substituídos pelo composto orgânico produzido.

3.2 Conclusão

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A solução proposta atende de forma plena ao interesse público, garantindo maior segurança urbana, eficiência na manutenção da arborização e sustentabilidade ambiental. Os resultados esperados refletem uma gestão moderna, integrada e transparente, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios da Lei nº 14.133/2021, como a economicidade, eficiência, rastreabilidade e sustentabilidade.

Com a contratação, a Administração Municipal de Fortaleza estará habilitada a implementar uma política de manejo arbóreo e manutenção da iluminação pública que alie inovação, impacto positivo na qualidade de vida da população e preservação ambiental, consolidando-se como referência em governança urbana sustentável.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

Para atender de forma eficiente e segura às demandas do Município de Fortaleza relacionadas à poda de árvores, a contratação deve observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários e suficientes para a escolha da solução:

4.1 Requisitos técnicos relacionados à execução dos serviços:

Os serviços a serem contratados devem seguir critérios técnicos específicos, assegurando a qualidade e a eficiência durante a execução. Os principais requisitos incluem:

- 4.1.1** Realização de podas de manutenção, condução e levantamento de copa, respeitando as normas técnicas aplicáveis e garantindo a preservação da saúde e vitalidade das árvores;
- 4.1.2** Poda de árvores que representem risco à segurança pública ou à infraestrutura urbana, com justificativa técnica e autorização de órgãos competentes, quando necessário;
- 4.1.3** Remoção de resíduos provenientes da poda, com transporte adequado e destinação ambientalmente responsável, priorizando o reaproveitamento como composto orgânico;
- 4.1.4** Utilização de equipamentos adequados e normatizados, como motosserras, caminhões com cestos aéreos e trituradores de galhos, garantindo a eficiência e a segurança durante os serviços;
- 4.1.5** Atendimento às normas de segurança do trabalho, com fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por toda a equipe envolvida.

4.2 Requisitos operacionais e de planejamento:

A execução dos serviços deve ser planejada e organizada para atender às necessidades do município, com as seguintes obrigações:

- 4.2.1** Desenvolvimento de um cronograma claro e detalhado para a execução dos serviços, priorizando áreas críticas e locais de maior demanda, como vias públicas movimentadas, praças e canteiros centrais;
- 4.2.2** Disponibilidade de equipe técnica qualificada, composta por profissionais com experiência comprovada em poda de árvores, incluindo operadores, técnicos e supervisores;
- 4.2.3** Execução dos serviços em conformidade com os horários e condições estabelecidos pela administração pública, de forma a minimizar impactos para a população e o trânsito.

4.3 Requisitos ambientais e de sustentabilidade:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A contratação deve observar práticas sustentáveis e cumprir com a legislação ambiental vigente, considerando os seguintes requisitos:

- 4.3.1** Garantia de que todas as atividades sejam realizadas de forma a minimizar impactos ambientais, respeitando a legislação ambiental vigente e preservando a biodiversidade local;
- 4.3.2** Implementação de práticas de reaproveitamento dos resíduos gerados, como a trituração de galhos e folhas para uso como adubo ou cobertura vegetal;
- 4.3.3** Emissão de relatórios periódicos sobre a destinação dos resíduos, com comprovação de descarte adequado ou reaproveitamento.

4.4 Requisitos administrativos e contratuais:

Para assegurar a regularidade e a eficiência da contratação, devem ser observados os seguintes requisitos:

- 4.4.1** Elaboração de relatórios técnicos detalhados sobre os serviços executados, especificando a quantidade de árvores podadas ou cortadas, as áreas atendidas e os resíduos gerados;
- 4.4.2** Garantia de que a contratada possua todas as licenças e autorizações necessárias para a execução dos serviços, como registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou equivalente;
- 4.4.3** Disponibilidade de um canal de comunicação para atendimento às demandas emergenciais, como quedas de árvores ou galhos em situações de risco;
- 4.4.4** Cumprimento rigoroso dos prazos e das condições estabelecidas no contrato, com penalidades previstas em caso de descumprimento.

4.5 Garantias Exigidas:

Para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, serão exigidas as seguintes garantias:

4.5.1 Garantia de Execução do Contrato

Será exigida do contratado a prestação de garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b)** Seguro-garantia;
- c)** Fiança bancária.

O seguro-garantia deverá ter prazo de vigência igual ou superior ao do contrato principal e acompanhará eventuais prorrogações contratuais mediante endosso emitido pela seguradora. Nos contratos de execução continuada, será permitida a substituição da apólice na data de renovação, desde que mantidas as mesmas condições da apólice vigente.



A garantia será liberada após a fiel execução do contrato ou extinção por culpa exclusiva da Administração, com atualização monetária caso tenha sido prestada em dinheiro.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Com o objetivo de subsidiar a estimativa de preços para a contratação de empresa especializada na execução dos serviços de poda de árvores para a desobstrução da iluminação pública e da rede semaforica, incluindo remoção, transporte, trituração e compostagem de resíduos vegetais, foi realizado levantamento de mercado a partir de consultas ao Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Foram identificadas contratações com objetos correlatos, cujos dados foram utilizados como referência para a presente estimativa. Ressalta-se, contudo, que as contratações analisadas não contemplam integralmente a totalidade dos serviços previstos, razão pela qual os valores obtidos foram considerados como parâmetros parciais.

A metodologia completa de formação do preço estimado encontra-se detalhada em documento específico de justificativa da pesquisa de preços.

A seguir, apresenta-se quadro com as principais referências identificadas:

LOCAL	ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO	OBSERVAÇÃO
Rio de Janeiro/RJ ¹	Colégio Pedro II	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPRESSÃO DE ESPÉCIMES VEGETAIS COM E SEM REMOÇÃO DE RAÍZES; DESTOCAMENTO DE RAÍZES; PODA; ROÇAGEM; CAPINAGEM MECÂNICA; PICOTAMENTO E TRITURAÇÃO DE ARBUSTOS, CASCAS, GALHOS, TRONCOS E ÁRVORES; COLETA, TRANSPORTE E DESCARTE SUSTENTÁVEL DE	R\$ 2.295.506,73	Objeto mais amplo, inclui serviços adicionais não previstos integralmente

¹ <https://pncp.gov.br/app/atas/42414284000102/2023/78/1>



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

		RESÍDUOS E REJEITOS.		
Engenheiro Paulo de Frontin/RJ ²	Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CORTE E PODA DE ÁRVORE NAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R\$ 3.003.698,00	Objeto mais simples, sem etapas completas de tratamento de resíduos
Fortaleza/CE ³	EBSERH – CH-UFC	REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA E ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PODAS E SUPRESSÕES DE ÁRVORES, COMO TAMBÉM, AQUISIÇÃO E PLANTIO/DOAÇÃO DE MUDAS NO COMPLEXO HOSPITALAR DO CEARÁ/EBSERH (CH-UFC), INCLUÍDAS TODAS FERRAMENTAS MANUAIS, FERRAMENTAS MOTORIZADAS, MAQUINÁRIOS, MATERIAIS, EPI'S, EPC'S, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS, DO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 484.352,50	Objeto parcialmente similar, sem padronização por porte de poda

Nota: Observa-se que os contratos apresentados possuem apenas similaridade parcial com o objeto pretendido, não contemplando integralmente todas as etapas e especificidades da presente

² <https://pncp.gov.br/app/atas/29079480000100/2026/3/1>

³ <https://pncp.gov.br/app/atas/15126437000143/2024/3911/1>

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



contratação, razão pela qual foram utilizados exclusivamente como referência auxiliar na formação do preço estimado.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

6.1 Da execução dos serviços:

6.1.1 Os serviços a serem realizados deverão estar em conformidade com o planejamento aprovado pela Administração Contratante ou sua demanda, atendendo às especificações técnicas por ela exigidas no Plano de Trabalho a ser apresentado pela Empresa a ser contratada. A produtividade mínima para os serviços, considerada para efeito de composição deste Termo de Referência, deve atender integralmente às necessidades da Contratante.

6.1.2 O objeto da contratação compreende os serviços rotineiros de poda de arbustos e de árvores em geral, seja de pequeno, médio, ou grande porte, bem como o recolhimento de elementos arbóreos no Município de Fortaleza, objetivando a desobstrução da iluminação pública nas praças, canteiros centrais, parques urbanos, equipamentos públicos, ruas e avenidas e rede semafórica do Município. O tipo de poda específico e mais utilizado para melhorar a iluminação pública nas cidades é a PODA DE LEVANTAMENTO DE COPA, que consiste no corte dos ramos da parte inferior da copa. Quando as árvores estiverem localizadas sob redes energizadas (redes elétricas de baixa tensão), a Contratada deve entrar em contato com a ENEL CE, para que a mesma providencie a ação necessária (desligamento de rede/execução que lhe couber), e assim, em seguida, o serviço (realização de poda) seja realizado pela empresa Contratada.

6.1.3 Depois de efetuado o reparo necessário, será realizado o transporte desses resíduos até o local de compostagem dos resíduos da empresa, onde será realizada a trituração dos restos (restos dos galhos podados) das árvores (podas e erradicações).

6.1.4 Caso seja necessário realizar alguma interferência na rede elétrica, o serviço de poda deverá ser realizado em consenso com a concessionária de distribuição de energia local, para que esta possa realizar as devidas intervenções e assim se viabilize a execução do serviço de poda por parte da Contratada.

6.1.5 Os locais onde serão executados os serviços serão indicados pela Coordenadoria responsável pela gestão do Contrato, definindo quais atividades deverão ser desenvolvidas.

6.1.6 Os locais de execução dos serviços deverão ser devidamente sinalizados, permitindo total visualização dos mesmos e dos homens, máquinas e equipamentos nele envolvidos, por parte dos pedestres, ocupantes de veículos, motocicletas e ciclistas, funcionários e pela população em geral, de modo a evitar acidentes e outros contratemplos.

6.1.7 Caberá à Contratada efetuar, quando necessário, ou determinado pela fiscalização, serviço de sinalização e trânsito, bem como de proteção de obra para os munícipes e trabalhadores da Contratada, ficando sob sua responsabilidade todo e qualquer acidente ou incidente que possa ocorrer.

6.2 Das especificações dos serviços:

6.2.1 A poda destinada ao serviço de iluminação pública consiste na realização de remoção de galhos ou ramos para diminuir e/ou corrigir as interferências com os circuitos de iluminação pública e ainda para desobstrução de luminárias. O volume máximo a ser removido na poda de uma árvore deve ser de, no máximo, 1/3 (um terço) do volume total de sua copa e distribuída de maneira uniforme pela mesma. Os equipamentos a serem utilizados não podem ser de impacto e devem propiciar a perfeita cicatrização da casca.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.2.2 Os resíduos vegetais deverão ser recolhidos no mesmo dia da execução por meio de caminhões da empresa, imediatamente após a execução do serviço e depositados em local indicado pela Contratante. A Contratada deverá fornecer relatório de execução dos serviços com relato fotográfico do “antes” e “depois”, elaborado pelo seu engenheiro agrônomo ou florestal, já incluso no custo unitário deste item.

6.2.3 O Serviço deve possuir acompanhamento permanente de engenheiro agrônomo, elétrico e ambiental, devidamente habilitado e pertencente aos quadros da empresa Contratada.

6.2.4 Para que os serviços sejam conduzidos dentro dos parâmetros mínimos de segurança, tanto dos trabalhadores, como dos bens públicos, dos particulares e integridade da população em geral, a empresa deverá utilizar-se de todos os equipamentos de segurança individual e coletiva necessários, com a devida sinalização.

6.3 Da área de atuação dos serviços:

6.3.1 A área de abrangência dos serviços será a Zona Urbana do Município de Fortaleza, compreendido pelas Secretarias Regionais: SR 1, SR 2, SR 3, SR 4, SR 5, SR 6, SR 7, SR 8, SR 9, SR 10, SR 11 e SR 12, mais especificamente em áreas de praças, canteiros centrais, parques urbanos, ruas e avenidas e na rede semafórica do município.

6.3.2 As podas são solicitadas pela população e autorizadas pela Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos - SCSP, através da Coordenadoria de Iluminação Pública - COEIP.

6.4 Da destinação final do material coletado:

6.4.1 A destinação e/ou beneficiamento dos resíduos provenientes dos serviços, deverá ser de responsabilidade da Contratada priorizando o encaminhamento para a compostagem.

6.4.2 A compostagem dos resíduos provenientes da poda urbana em Fortaleza é de grande importância, pois transforma um passivo ambiental em recurso valioso, reduzindo o volume de material encaminhado ao aterro sanitário e prolongando sua vida útil. Além disso, o processo gera composto orgânico de qualidade, que pode ser utilizado em jardins, praças e áreas verdes do próprio município, fechando o ciclo sustentável de manejo dos resíduos. Essa prática contribui para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, promove a economia circular e fortalece a imagem de Fortaleza como uma cidade comprometida com a gestão ambiental responsável e com a melhoria da qualidade de vida da população.

6.4.3 Percentual de até 20% (vinte por cento) da poda de árvores será destinado ao Horto Florestal do Município de Fortaleza, sempre que for solicitado à SCSP, sendo este material utilizado para viabilização de mudas.

6.4.4 Os resíduos vegetais serão prioritariamente encaminhados para pátios de compostagem, tendo como objetivo o seu reaproveitamento. Ficará a cargo da Contratante encaminhar qual será o uso do adubo produzido.

6.5 Dos equipamentos:

6.5.1 A Contratada deverá fornecer as ferramentas e equipamentos em tipos e quantidades compatíveis com o volume de serviços, mantendo estoque permanente em almoxarifado seguro e de sua responsabilidade;

6.5.2 A manutenção das ferramentas será de total responsabilidade da Contratada, devendo substituí-las imediatamente quando da ocorrência de quaisquer defeitos ou consertos que se façam necessários.

6.5.3 Para a execução dos serviços de poda de árvores, deverá a empresa computar em seus custos, no mínimo os seguintes equipamentos para cada frente de trabalho:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



a) 03 (três) caminhões sky com lança de no mínimo 17 metros, com cesto de fibra isolado em 15 KV (mínimo), devendo estar em conformidade com a NR 12 e cabine suplementar para no mínimo 4 passageiros. Esse equipamento será obrigatório para todos os serviços realizados em redes energizadas; O caminhão possuir no máximo 5 anos de fabricação, ter PBT mínimo de 16t. e Potência mínima de 260 cv. Será necessário mais 01 (um) caminhão reserva técnica para caso algum dos caminhões da frota principal venha a dá problema. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 105km/dia rodados por caminhão e 26 dias úteis trabalhados.

b) 03 (três) caminhões carroceria de no mínimo 8m³ para acondicionamento e transporte de resíduos, até o local de beneficiamento; O caminhão possuir no máximo 5 anos de fabricação, ter PBT mínimo de 16t. e Potência mínima de 260 cv. Será necessário mais 01 (um) caminhão reserva técnica para caso algum dos caminhões da frota principal venha a dá problema. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 180km/dia rodados por caminhão e 26 dias úteis trabalhados.

c) 01 (um) triturador de galhos de 25 hp e diâmetro de corte de no mínimo 25cm, o triturador deverá possuir no máximo 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 3h trabalhadas/dia e 26 dias úteis trabalhados.

d) 01 (uma) minicarregadeira (bobcat) com Potência Mínima 72HP para os serviços de compostagem de resíduos, a Bobcat deverá possuir no máximo 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 6h trabalhadas/dia e 26 dias úteis trabalhados.

e) 02 (dois) veículos do tipo picape, para as equipes do administrativo e para o acompanhamento das demandas da Contratante. O veículo deverá possuir no máximo 5 anos de fabricação e Potência mínima de 95 cv. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 25km/dia rodados por veículo e 26 dias úteis trabalhados.

f) 06 (seis) motosserras de médio porte, com potência igual ou superior a 3cv. O equipamento deverá possuir no máximo 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 6h trabalhadas/dia e 26 dias úteis trabalhados por equipamento.

g) 06 (seis) podador telescópico motorizado (motopoda) com lança para corte em altura de pelo menos 3 metros. O equipamento deverá possuir no máximo 5 anos de fabricação. Deverá ser previsto para isonomia de dimensionamento um quantitativo mínimo de 6h trabalhadas/dia e 26 dias úteis trabalhados por equipamento.

QUADRO RESUMO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		
SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Serviços de Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	CAMINHÃO CARROCERIA - FROTA PRINCIPAL	1,00
	CAMINHÃO CARROCERIA - RESERVA	0,50
	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - FROTA PRINCIPAL	1,00

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - RESERVA	0,50
	PICAPE - FROTA PRINCIPAL	0,50
	MOTOSSERRA	2,00
	MOTOPODA	2,00
Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m)	CAMINHÃO CARROCERIA - FROTA PRINCIPAL	1,00
	CAMINHÃO CARROCERIA - RESERVA	0,50
	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - FROTA PRINCIPAL	1,00
	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - RESERVA	0,50
	PICAPE - FROTA PRINCIPAL	0,50
	MOTOSSERRA	2,00
	MOTOPODA	2,00
Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - FROTA PRINCIPAL	0,80
	CAMINHÃO CARROCERIA - FROTA PRINCIPAL	0,80
	PICAPE	0,50
	MOTOSSERRA	1,60
	MOTOPODA	1,60
Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	CAMINHÃO SKY COM CABINE SUPLEMENTAR - FROTA PRINCIPAL	0,20
	CAMINHÃO CARROCERIA- FROTA PRINCIPAL	0,20
	PICAPE	0,50
	MOTOSSERRA	0,40
	MOTOPODA	0,40
Compostagem de resíduos provenientes da poda	BOB CAT	1
	TRITURADOR	1

6.5.4 Deverá ser providenciado posteriormente ao contrato todos os licenciamentos das motosserras e motopodas para os trabalhos a serem executados e serão operadas pelos podadores de árvore, componentes da equipe.

6.5.5 Ficará a critério da empresa Contratada a definição do modo de transporte de seus funcionários, podendo ser realizado com veículo próprio para transporte de passageiros ou por meio de cabine suplementar instalada nos caminhões.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**6.6 Da mão de obra e segurança:**

6.6.1 Será de responsabilidade da contratada, escolher e contratar pessoal a ser fornecido, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

6.6.2 A Contratada responsabilizar-se-á pelo transporte, alimentação e demais benefícios previstos nas CCTs vigentes com abrangência no município de Fortaleza e legislações trabalhistas vigentes dos seus empregados;

6.6.3 A Contratada deverá prever no orçamento todos os custos referentes a remuneração e benefícios dos funcionários conforme Convenções Coletivas de Trabalho vigentes.

6.6.4 A Contratada deverá observar, rigorosamente, as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, especialmente no que compete a segurança em redes energizadas;

6.6.5 Fornecer e manter, às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança, Equipamentos de Segurança Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs, indispensáveis à execução dos serviços que assim o exigirem, em quantidades compatíveis com o objeto;

6.6.6 Os funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, sendo os acessórios e equipamentos de segurança compatíveis para cada tipo de trabalho;

6.6.7 A Contratada deverá manter o número de funcionários compatível com o volume de serviços a ser executado mensalmente, devendo, contudo, conter no mínimo as seguintes funções em seu quadro:

MÃO DE OBRA		
SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Serviços de Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	PODADOR	2,00
	AJUDANTE	4,00
	GARI COLETOR	3,00
	MOTORISTA	2,00
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m)	ENCARREGADO	0,25
	PODADOR	2,00
	AJUDANTE	4,00
	MOTORISTA	2,00
	GARI COLETOR	3,00

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	PODADOR	1,60
	AJUDANTE	3,20
	MOTORISTA CAMINHÃO	1,60
	GARI COLETOR	2,40
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	PODADOR	0,40
	AJUDANTE	0,80
	MOTORISTA CAMINHÃO	0,40
	GARI COLETOR	0,60
	ENG. AGRÔNOMO	0,25
	ENG. ELÉTRICO	0,25
	ENG. AMBIENTAL	0,25
	TÉCNICO DE SEGURANÇA	0,25
	ENCARREGADO	0,25
Compostagem de resíduos provenientes da poda	OPERADOR AMBIENTAL	3
	TÉCNICO AMBIENTAL	1
	OPERADOR DE MÁQUINA	1

6.7 Uniformes e EPI's

6.7.1 Os funcionários deverão possuir no mínimo os seguintes Uniformes e EPI's:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

UNIFORME E EPI - MOTORISTA	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANO)
CONJ. CALÇA E CAMISA	4
CALÇADO	4

UNIFORME E EPI - ENCARREGADO DE TURMA, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO E TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJ. CALÇA E CAMISA	4
CALÇADO	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
BONÉ	2

UNIFORME E EPI – AJUDANTE, OPERADOR AMBIENTAL E COLETOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJUNTO CALÇA E CAMISA	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
CALÇADO	3
MÁSCARA PFF2 S/VALVULA	156
LUVA DE PROTEÇÃO	24
BONÉ	2

UNIFORME E EPI - PODADOR	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)
CONJUNTO CALÇA E CAMISA	4
CAPA DE CHUVA	2
PROTETOR SOLAR	6
CALÇADO ISOLAMENTO ELETRICO	3

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

MÁSCARA PFF2 S/VALVULA	156
LUVA ANTICORTE	12
PROTETOR FACIAL	4
CINTURÃO DE SEGURANÇA	2
CORDA DE SEGURANÇA	2
CAPACETE	2

6.8 Ferramental

6.8.1 As equipes deverão possuir os seguintes ferramentais mínimos:

EQUIPE DE PODA	
ITEM	QUANTIDADE(ANUAL)
FOICE	6
TESOURA PODA	6
GARRAFA TÉRMICA	1

EQUIPE DE COLETA	
ITEM	QUANTIDADE(ANUAL)
VASSOURÃO	12
CARRINHO DE MÃO	2
GARRAFA TÉRMICA	2
RASTELO	6
PÁ QUADRADA	6

EQUIPE DE COMPOSTAGEM	
ITEM	QUANTIDADE(ANUAL)
TERMÔMETRO HASTE	2
PENEIRA ROTATIVA	1
CARRO DE MÃO	4
GARFO (10 DENTES)	4
ENXADAS	4
VASSOURÃO	4

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



BALDE DE ZINCO 20L	4
PÁ QUADRADA	4
BALANÇA	2

6.9 Do manual de arborização

6.9.1 A Contratada deverá seguir as exigências presentes no PLANO DIRETOR DE ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE FORTALEZA/2020 – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, cumprindo os Procedimentos Técnicos para Poda.

6.9.2 O Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade de Fortaleza com detalhes fotográficos, poderá ser obtido no site <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/index.php>.

6.10 Dos Quantitativos Estimados

6.10.1 Os quantitativos mensais foram estimados com base nos seguintes parâmetros:

a) Histórico de execução do Contrato nº 06/2022: No período de abril de 2025 a fevereiro de 2026, foram executadas, 3.761 podas, distribuídas da seguinte forma: 1.751 pequeno porte, 1.622 médio porte, 333 grande porte e 55 extragrande porte.

b) Nos meses de maior pluviosidade (fevereiro a maio), historicamente a demanda apresenta acréscimo estimado entre 10% e 20% em relação à média anual, conforme registros operacionais, circunstância que ensejou, inclusive, a formalização de termo aditivo de acréscimo quantitativo ao Contrato nº 06/2022 no mês de maio de 2025.

6.10.2 Dessa forma, os quantitativos estimados refletem a média histórica de execução, ajustada pelo comportamento sazonal da demanda, resultando nos valores apresentados na planilha constante do item 7.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia de pesquisa de preços idônea e suficiente, que considerou, de forma combinada, dados provenientes de contratações públicas similares e do contrato atualmente vigente, em observância ao art. 23, §1º, da Lei 14.133/2021.

Inicialmente, foram utilizados como referência os valores unitários praticados no Contrato nº 06/2022, atualmente vigente, que regula a execução de serviços de poda de árvores no Município de Fortaleza. Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, foram considerados os valores atualizados, incluindo os reajustes realizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme previsto contratualmente.

A adoção desses valores fundamenta-se na sua aderência às condições técnicas e operacionais já consolidadas, bem como na compatibilidade com os serviços a serem contratados, que possuem natureza similar, refletindo, assim, os custos efetivamente praticados no mercado local.

De forma complementar, procedeu-se à análise de contratações públicas similares, extraídas de bases oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerando objetos compatíveis e condições de execução semelhantes, com vistas à verificação da aderência dos valores adotados à realidade de mercado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Abaixo, apresenta-se a tabela contendo os quantitativos estimados e os respectivos valores unitários e totais que servem de base para a estimativa:

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES					
SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES, REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DO MATERIAL					
DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	CATSERV	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1 Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	Und	1.760	15130	R\$ 1.613,76	R\$ 2.840.217,60
2 Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m	Und	1.440	15130	R\$ 1.778,64	R\$ 2.561.241,60
3 Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	Und	470	15130	R\$ 2.246,12	R\$ 1.055.676,40
4 Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	Und	60	15130	R\$ 6.842,36	R\$ 410.541,60
5 Compostagem de resíduos provenientes da poda	Mês	12	15130	R\$ 110.408,28	R\$ 1.324.899,36

CUSTO ESTIMADO MENSAL	R\$ 682.714,71
-----------------------	----------------

CUSTO TOTAL GLOBAL	R\$ 8.192.576,56
--------------------	------------------

Com base nos dados apresentados na tabela, o valor estimado total para a contratação é de R\$ 8.045.087,32 (oito milhões, quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), contemplando os serviços contínuos e integrados de poda de árvores, remoção, transporte, trituração e compostagem dos resíduos vegetais em todo o Município de Fortaleza.

Ressalta-se que a estimativa poderá sofrer ajustes pontuais, caso necessário, na fase de elaboração do Termo de Referência, especialmente em razão de refinamentos nos quantitativos ou da ampliação da base de pesquisa de preços, sem prejuízo da consistência da metodologia adotada.

7.1 Justificativa da metodologia adotada

A utilização combinada de dados oriundos do contrato vigente e de contratações públicas similares justifica-se pela confiabilidade das fontes e pela aderência direta ao objeto da

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



contratação, permitindo a obtenção de estimativa consistente e compatível com os preços praticados no mercado.

A pesquisa direta com fornecedores não foi adotada, considerando a suficiência dos dados obtidos por meio de contratações públicas recentes e do histórico contratual da Administração, os quais se mostram adequados para a formação do preço de referência.

Dessa forma, os valores estimados resultam da análise crítica das fontes mencionadas, conforme demonstrado na tabela apresentada anteriormente, que consolida os quantitativos estimados e os respectivos valores unitários e totais.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1 Nos termos do art. 40, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto não será adotado quando este configurar sistema único e integrado, ou quando houver risco à eficácia e à integridade do conjunto da solução pretendida. Com base nesse dispositivo legal, bem como nas especificidades técnicas do objeto definido no Termo de Referência, justifica-se a opção pela condução do certame em lote único, abrangendo as atividades de poda, remoção, transporte, trituração e compostagem de resíduos vegetais. Essa modelagem busca assegurar a manutenção da eficiência da iluminação pública e a preservação da segurança urbana em toda a extensão do Município de Fortaleza.

Segue, abaixo, a justificativa técnica para a adoção do lote único:

a) Integração funcional e interdependência dos serviços contratados

Os serviços de poda de árvores, transporte, trituração dos galhos e destinação final dos resíduos, assim como a compostagem, configuram um ciclo operacional integrado e interdependente. A fragmentação contratual comprometeria a continuidade e a eficiência desse ciclo, criando riscos de descontinuidade, lacunas na execução e dificuldades na responsabilização pela entrega final do serviço. A execução em lote único, por sua vez, assegura a fluidez e a harmonia entre as etapas.

b) Padronização técnica e operacional

A concentração dos serviços em um único executor viabiliza a uniformidade de procedimentos, garantindo que as atividades sejam realizadas com qualidade padronizada. Serviços como a poda periódica e a compostagem demandam continuidade, coerência metodológica e controle técnico centralizado, requisitos que são mais adequadamente atendidos quando a execução ocorre de forma integrada.

c) Otimização da logística, recursos e cronograma de execução

A integração das etapas permite o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, incluindo mão de obra, frota de veículos, equipamentos e estrutura administrativa de apoio. Essa modelagem reduz custos indiretos, elimina gargalos logísticos e promove maior agilidade na resposta às demandas do Município. Em contrapartida, a divisão do objeto em múltiplos contratos



resultaria em sobreposição de esforços, maior complexidade na coordenação e aumento dos custos operacionais.

d) Facilitação da fiscalização e gestão contratual

A centralização dos serviços em um único contrato simplifica e aperfeiçoa as atividades de fiscalização técnica e financeira, oferecendo maior clareza quanto à responsabilização contratual. Essa abordagem reduz potenciais conflitos entre diferentes fornecedores, facilita a análise dos relatórios gerenciais e indicadores de desempenho, além de proporcionar maior agilidade na solução de ocorrências operacionais.

e) Garantia da continuidade e integridade dos serviços

Por se tratarem de serviços contínuos e essenciais à segurança urbana e à eficiência da iluminação pública, a divisão do objeto poderia comprometer a integridade das entregas e a responsabilização integral do prestador. A execução em lote único assegura a estabilidade operacional, a fluidez nas intervenções e a confiabilidade dos resultados, preservando a continuidade do serviço público e mitigando riscos à população.

f) Competitividade e capacidade técnica do mercado

A pesquisa de mercado realizada identificou a existência de empresas com capacidade técnica e operacional para executar integralmente todas as etapas do objeto contratual, incluindo poda, remoção, transporte, trituração e compostagem. Nesse contexto, a modelagem em lote único não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a ampla participação de fornecedores capacitados, atendendo aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

8.2 Conclusão

Diante do exposto, conclui-se pela adequação técnica e legal da modelagem em lote único, tendo em vista que o objeto constitui um sistema integrado de manejo arbóreo e gestão de resíduos vegetais, cuja execução demanda articulação contínua e harmônica entre as etapas. O parcelamento do objeto, nesse caso, configuraria um risco à eficácia, à eficiência e à vantajosidade da contratação, contrariando o disposto no art. 40, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, as exigências de qualificação técnica devem guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto contratado, restringindo-se às parcelas efetivamente relevantes para a adequada execução dos serviços.

Após análise das características da contratação, foram definidas como parcelas de maior relevância técnica a execução de poda em árvores de extragrande porte (DAP superior a 80 cm ou altura superior a 14,1 m) e o processamento/compostagem dos resíduos vegetais decorrentes das intervenções.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A poda em árvores de extragrande porte constitui a atividade de maior complexidade operacional dentre os serviços previstos, uma vez que demanda planejamento específico, utilização de equipamentos apropriados para trabalho em altura, observância rigorosa das normas de segurança aplicáveis e atuação em áreas urbanas frequentemente ocupadas por redes de iluminação pública, equipamentos semafóricos, edificações, circulação de veículos e pedestres. A execução inadequada desse serviço pode ocasionar danos ao patrimônio público e privado, interrupção de serviços essenciais e riscos à integridade física dos trabalhadores e da população, circunstâncias que justificam a exigência de experiência prévia compatível.

Por sua vez, o processamento e a compostagem dos resíduos vegetais constituem etapa essencial da contratação, não se limitando a atividade acessória ou complementar. Trata-se de procedimento que exige infraestrutura operacional adequada, observância da legislação ambiental vigente e adoção de técnicas específicas para tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, sendo indispensável para o atendimento integral do objeto contratado.

Diante disso, a comprovação de experiência prévia relacionada às referidas atividades mostra-se necessária para demonstrar a capacidade técnica da futura contratada e mitigar riscos de execução, assegurando que os serviços sejam prestados com os padrões de qualidade, segurança e eficiência esperados pela Administração.

Considerando que a estimativa anual para os serviços de poda em árvores de extragrande porte corresponde a 60 (sessenta) intervenções, estabelece-se como quantitativo mínimo para comprovação da capacidade técnico-operacional a execução de 30 (trinta) unidades, equivalente a 50% da demanda estimada, patamar considerado suficiente para demonstrar experiência compatível com a complexidade da atividade, sem impor restrição indevida à competitividade do certame.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

10.1 Da modalidade

A modalidade de licitação adotada para a presente contratação é o Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da Lei 14.133/2021.

A escolha fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços comuns, compreendendo atividades de poda de árvores, desobstrução da iluminação pública, remoção, transporte, trituração e destinação de resíduos vegetais, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões podem ser definidos de forma objetiva, por meio de especificações usuais de mercado, condição plenamente atendida no presente caso.

A adoção do pregão eletrônico, neste caso, justifica-se por:

- 10.1.1** Possibilitar maior eficiência na condução do certame, com a utilização de lances sucessivos;
- 10.1.2** Ampliar a competitividade entre os licitantes;
- 10.1.3** Assegurar maior economicidade à Administração Pública;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1.4 Promover transparência e celeridade ao processo licitatório.

11. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços deverão ser executados pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, até o limite admitido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

A contratação está prevista e alinhada ao Plano Anual de Contratações da SCSP/2026 e ao Planejamento Estratégico Municipal.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Para assegurar a adequada formalização e posterior execução contratual, bem como garantir a eficiência, a economicidade, a regularidade e a legalidade da contratação relativa à prestação dos serviços de poda de árvores, remoção, transporte, trituração e compostagem dos resíduos vegetais no Município de Fortaleza, a Administração Pública deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

14.1 Adequações no Ambiente de Execução dos Serviços

- a)** Realizar vistorias técnicas nas áreas de execução, abrangendo vias públicas, praças, canteiros centrais, áreas de convivência e demais espaços urbanos, identificando eventuais necessidades de adequação de infraestrutura, acessibilidade e segurança.
- b)** Organizar previamente os pontos de apoio e triagem destinados ao recebimento temporário de resíduos vegetais, garantindo que estejam aptos ao manuseio, ao transporte imediato e ao encaminhamento à compostagem.
- c)** Definir locais de estacionamento e circulação de veículos da contratada, especialmente caminhões com cesto aéreo e caminhões basculantes, para evitar interferências na mobilidade urbana.

14.2 Licenças, Autorizações e Outorgas

- a)** Verificar a regularidade das licenças ambientais e urbanísticas eventualmente exigíveis para a execução dos serviços, em especial as relacionadas à poda de árvores urbanas, movimentação de resíduos e operação de unidades de compostagem.
- b)** Providenciar, junto aos órgãos ambientais competentes (SEMACE, IBAMA e Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente), as autorizações específicas para eventuais intervenções em áreas de preservação ou com restrições ambientais.
- c)** Garantir que a contratada apresente comprovação de destinação ambientalmente adequada dos resíduos triturados e do produto final de compostagem, conforme legislação vigente.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.3 Capacitação dos Servidores Públicos

a) Promover capacitação prévia e específica dos servidores designados para acompanhar, fiscalizar e gerir a execução contratual, com ênfase em:

- conhecimento das cláusulas contratuais, metas e indicadores de desempenho;
- observância da legislação ambiental, normas de segurança do trabalho e diretrizes de sustentabilidade.

Estruturar a equipe de fiscalização com recursos humanos e tecnológicos adequados, garantindo condições para inspeções em campo, análise de relatórios e acompanhamento em tempo real da execução.

14.4 Designação Formal de Gestores e Fiscais

Expedir portaria de nomeação dos gestores e fiscais do contrato, conforme previsto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, atribuindo funções claras e responsabilidades definidas.

Designar fiscais setoriais especializados (técnicos ambientais, operacionais e financeiros), assegurando acompanhamento multidisciplinar da execução contratual.

14.5 Definição dos Canais de Comunicação

Estabelecer previamente canais formais de comunicação entre a contratada e a Administração, incluindo e-mail institucional, plataforma digital de gestão contratual, reuniões periódicas e sistema de registro de ocorrências e comunicações.

Garantir que toda comunicação seja registrada oficialmente, possibilitando rastreabilidade e maior segurança jurídica na gestão contratual.

14.6 Verificação da Documentação Fiscal e Regularidade Jurídica

Realizar análise prévia da regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e jurídica da empresa vencedora antes da assinatura contratual, garantindo conformidade com os requisitos legais.

Emitir a certidão de disponibilidade orçamentária (reserva de dotação) e o empenho dos valores estimados para assegurar a plena execução financeira do contrato.

14.7 Aprovação do Plano de Mobilização

Exigir da contratada a apresentação de plano de mobilização antes da assinatura contratual, contemplando:

- cronograma de início das atividades;
- alocação de equipamentos (veículos, trituradores, ferramentas e EPIs);
- estrutura organizacional da equipe;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- plano de atendimento emergencial para demandas críticas (quedas de árvores, acidentes, bloqueio de vias);
- plano de segurança ocupacional, contemplando normas de saúde e segurança do trabalho.

Essas providências visam assegurar o correto início da execução contratual, reduzir riscos de falhas operacionais, prevenir atrasos, garantir o cumprimento das exigências legais e normativas, e proporcionar à Administração Pública um ambiente seguro e estruturado para a fiscalização, o controle e a efetiva entrega dos serviços contratados.

15. ANÁLISE DE RISCOS:

15.1 Identificação dos Riscos

Com base na metodologia de gestão de riscos da Prefeitura de Fortaleza e nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, foram identificados os principais riscos associados às fases de planejamento, contratação e execução da contratação ora pretendida. A análise baseou-se em critérios técnicos voltados à mitigação de riscos que possam comprometer a eficiência, a eficácia e a vantajosidade do objeto.

15.1.1 Riscos na Fase de Planejamento e Contratação

Risco 1: Elaboração inadequada do Termo de Referência, com especificações técnicas incompletas ou pouco claras, ocasionando falhas na definição das obrigações da contratada.

Risco 2: Pesquisa de preços insuficiente ou defasada, resultando em estimativa orçamentária inadequada, com potencial sobrepreço ou inexecuibilidade.

Risco 3: Baixa competitividade do certame, decorrente de critérios de habilitação excessivamente restritivos ou falhas na divulgação do edital.

15.1.2 Riscos na Fase de Execução Contratual

Risco 4: Inadimplemento contratual pela empresa vencedora, ocasionando atrasos ou paralisação na execução dos serviços essenciais, como poda, transporte e compostagem.

Risco 5: Desempenho técnico-operacional insatisfatório da contratada, comprometendo a qualidade das intervenções e o cumprimento das obrigações ambientais.

Risco 6: Ocorrência de eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ventos fortes, enchentes), impactando o cronograma das atividades e exigindo respostas emergenciais imediatas.

15.2 Avaliação dos Riscos

A avaliação dos riscos foi realizada com base na matriz de riscos da Controladoria Geral do Município (CGM) de Fortaleza, considerando os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto potencial. Essa abordagem permite classificar os riscos em níveis (baixo, médio e alto), auxiliando na priorização das estratégias de mitigação.

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Risco 1	Média	Alto	Alto

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Risco 2	Média	Médio	Médio
Risco 3	Baixa	Alto	Médio
Risco 4	Média	Alto	Alto
Risco 5	Média	Médio	Médio
Risco 6	Baixa	Alto	Médio

15.3 Estratégias de Mitigação

Foram definidas estratégias de mitigação alinhadas à Instrução Normativa nº 05/2023 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e às boas práticas de governança e gestão de riscos.

15.3.1 Riscos na Fase de Planejamento e Contratação

Risco 1: Submeter o Termo de Referência a revisões técnicas por equipe multidisciplinar (engenheiros agrônomos, gestores ambientais, equipe jurídica e de fiscalização) e promover capacitação contínua dos servidores responsáveis pela sua elaboração.

Risco 2: Ampliar as bases de pesquisa de preços, incluindo consultas a contratos similares em outras capitais, cotações com empresas locais e regionais e utilização de bases oficiais de preços públicos.

Risco 3: Assegurar ampla divulgação do edital em plataformas oficiais, veículos de grande circulação e canais digitais, além de revisar criteriosamente os requisitos de habilitação.

15.3.2 Riscos na Fase de Execução Contratual

Risco 4: Inserir cláusulas contratuais com penalidades claras para inadimplemento, exigir garantias contratuais (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) e realizar acompanhamento contínuo das metas.

Risco 5: Implantar indicadores de desempenho (tempo médio de atendimento às OS, percentual de resíduos destinados à compostagem, cumprimento de prazos) e realizar reuniões periódicas de avaliação técnica com a contratada.

Risco 6: Estabelecer planos de contingência para eventos climáticos extremos, prevendo rotas alternativas, equipes emergenciais, cronogramas de recuperação e comunicação imediata com a Defesa Civil.

15.4 Monitoramento e Revisão

A gestão dos riscos será objeto de monitoramento contínuo pela equipe responsável pela fiscalização do contrato. Estão previstas revisões periódicas para avaliar a eficácia das ações implementadas, com possibilidade de ajustes sempre que necessário.

Relatórios mensais deverão ser elaborados pela fiscalização, contendo:

- registro fotográfico das ocorrências;
- medidas corretivas adotadas;
- análise dos indicadores de desempenho;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- avaliação do cumprimento das estratégias de mitigação.

Essa Análise de Riscos integra o processo de planejamento da contratação, em consonância com a Instrução Normativa nº 05/2023 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e com os princípios da Lei nº 14.133/2021, assegurando a efetividade, a eficiência e a conformidade da execução contratual.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

A execução dos serviços de poda de árvores, remoção, transporte, trituração e compostagem de resíduos vegetais, indispensáveis à desobstrução da rede de iluminação pública e à melhoria das condições urbanas no Município de Fortaleza, pode gerar impactos ambientais de natureza direta, indireta, imediata, cumulativa ou residual.

Com vistas à prevenção, mitigação e compensação desses efeitos, são identificados os principais impactos potenciais e as estratégias de controle a serem adotadas pela contratada, sob fiscalização permanente da Administração Pública.

16.1 Da Poda de Árvores

16.1.1 Impactos Potenciais:

- Redução temporária da cobertura vegetal urbana.
- Alterações microclimáticas (maior incidência de insolação e aumento da temperatura local).
- Risco de perda de biodiversidade urbana e de habitats de aves e pequenos animais.
- Possibilidade de erosão superficial do solo em áreas de maior intervenção.

16.1.2 Medidas Mitigadoras:

- Realização de avaliação técnica e laudo fitossanitário prévio, emitido por engenheiro agrônomo ou florestal, para justificar a intervenção.
- Aplicação obrigatória do princípio da compensação ambiental: reposição mínima de 3 (três) mudas para cada árvore suprimida, conforme diretrizes ambientais municipais.
- Preferência pelo plantio de espécies nativas e adaptadas ao ambiente urbano, com berços adequados, tutoramento e irrigação pós-plantio.
- Registro digital e georreferenciamento de todas as árvores removidas, podadas ou replantadas, alimentando o banco de dados municipal de arborização.

16.2 Geração de Resíduos Vegetais

16.2.1 Impactos Potenciais:

- Acúmulo de resíduos em vias públicas, com transtornos à mobilidade urbana.
- Ocupação irregular de áreas livres com galhadas e restos de poda.
- Proliferação de vetores (mosquitos, roedores).
- Aumento de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em caso de transporte desnecessário ao aterro.

16.2.2 Medidas Mitigadoras:

- Retirada imediata dos resíduos gerados, de acordo com cronograma definido pela fiscalização.
- Cumprimento de metas mínimas de reaproveitamento: 80% do material triturado e 60% convertido em composto orgânico.
- Proibição expressa de descarte em locais não autorizados, sob pena de penalidade contratual.

16.3 Ruídos, Vibrações e Poluentes Atmosféricos

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



16.3.1 Impactos Potenciais:

- Emissão de poluentes atmosféricos por veículos e equipamentos.
- Poluição sonora durante atividades de poda mecanizada.
- Vibrações que podem afetar edificações em podas de grande porte ou remoção de raízes.

16.3.2 Medidas Mitigadoras:

- Manutenção preventiva obrigatória de veículos e equipamentos, garantindo emissões dentro dos limites legais.
- Respeito aos horários estabelecidos pela legislação de ruídos, evitando execução em períodos noturnos ou próximos a escolas e hospitais.
- Instalação de abafadores e silenciadores nos equipamentos.
- Monitoramento periódico das emissões de ruído e gases, conforme normas da ABNT e legislação ambiental.

16.4 Uso de Água em Atividades de Irrigação e Apoio

16.4.1 Impactos Potenciais:

- Desperdício de recursos hídricos em operações de irrigação de mudas compensatórias.
- Risco de encharcamento e erosão do solo.
- Possibilidade de contaminação por uso de água de baixa qualidade.

16.4.2 Medidas Mitigadoras:

- Implantação de sistemas de irrigação controlada, com hidrômetros e medidores de vazão.
- Suspensão da irrigação em dias chuvosos ou estações de alta pluviosidade.
- Exigência de comprovação da regularidade da fonte hídrica utilizada.
- Adoção prioritária de espécies de baixo consumo hídrico no plantio compensatório.

16.5 Interferência na Fauna Urbana

16.5.1 Impactos Potenciais:

- Perturbação de ninhos, colônias de aves e refúgios de animais.
- Deslocamento ou mortalidade acidental de fauna residente.

16.5.2 Medidas Mitigadoras:

- Vistorias técnicas prévias para identificar ninhos e fauna sensível antes da poda.
- Suspensão temporária das atividades quando detectada fauna protegida, até autorização técnica.
- Capacitação das equipes para interação segura e responsável com a fauna urbana.

16.6 Riscos ao Solo e Contaminação

16.6.1 Impactos Potenciais:

- Risco de contaminação por vazamentos de combustível ou óleo.
- Compactação do solo em locais de acesso frequente de veículos pesados.
- Perda da camada superficial fértil.

16.6.2 Medidas Mitigadoras:

- Proibição de manutenção e abastecimento de veículos nos locais de execução.
- Realização de manutenção preventiva em oficinas credenciadas.
- Adoção de rotas controladas para veículos, evitando áreas sensíveis.
- Utilização de compostagem como cobertura morta para preservar a fertilidade do solo.

16.7 Riscos Ocupacionais e à População

16.7.1 Impactos Potenciais:

- Acidentes em podas em altura e uso de equipamentos motorizados.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Queda de galhos sobre pedestres, veículos ou imóveis.
- Exposição inadequada a produtos químicos de uso fitossanitário.

16.7.2 Medidas Mitigadoras:

- Uso obrigatório de EPI's e EPC's adequados (capacetes, cinturões, luvas isolantes, botas, óculos).
- Isolamento completo da área de intervenção com cones, faixas de segurança e sinalização.
- Capacitação técnica contínua das equipes em segurança do trabalho e primeiros socorros.
- Aplicação restrita de produtos químicos por profissionais habilitados, em conformidade com normas de segurança.

16.8 Monitoramento e Fiscalização Ambiental

As ações mitigadoras deverão ser objeto de fiscalização permanente, com a adoção dos seguintes mecanismos:

- Acompanhamento direto da URBFOR, com apoio de engenheiros agrônomos e biólogos.
- Relatórios mensais da contratada, contendo dados ambientais (quantidade de resíduos gerados, percentual triturado e compostado, árvores removidas e replantadas, água utilizada).
- Auditorias periódicas com emissão de notificações e aplicação de penalidades em caso de não conformidade.
- Implantação de sistema informatizado para registro digital das atividades, com fotos georreferenciadas, fichas técnicas e relatórios de execução.

Essa abordagem assegura que todos os impactos ambientais potenciais sejam devidamente prevenidos, mitigados ou compensados, em observância ao art. 225 da Constituição Federal, à legislação ambiental vigente e aos princípios do desenvolvimento sustentável que norteiam a atuação da Administração Pública.

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Possibilidade de subcontratação: não aplicável

Possibilidade de participação de Consórcio: Não aplicável

Possibilidade de participação de Cooperativa: Não aplicável

Classificação da informação quanto ao sigilo: pública

Assinado digitalmente

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza- SELIFOR.

Sr(a). Pregoeiro(a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A Empresa _____ sediada na (rua, bairro, cidade, telefone, etc), nº __, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a prestação dos serviços a seguir especificado, conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

1. Identificação da licitante:

- a. Razão Social:
- b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- c. Endereço completo:
- d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- e. Telefone, celular, e-mail:
- f. Banco Santander S/A, agência e nº da conta corrente.

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
(Não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação.)

3. Formação do Preço:

PLANILHA ORÇAMENTARIA BÁSICA					
SERVIÇO DE PODAÇÃO, CORTE DE ÁRVORES, TRITURAÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E COMPOSTAGEM DO MATERIAL					
DESCRIÇÃO		UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	Serviços de Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	Und	1.760		
2	Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm ou altura de 4,1 até 8m	Und	1.440		
3	Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	Und	470		
4	Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	Und	60		

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2026 | UASG: 927744

5	Compostagem de resíduos provenientes da poda	Mês	12		
---	--	-----	----	--	--

CUSTO TOTAL GLOBAL

CUSTO TOTAL MENSAL

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

- Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão Eletrônico e excluídos da composição dos preços ofertados. (DESCREVER OS CUSTOS, CONFORME O CASO).
- O prazo de execução dos serviços do objeto (observar o limite máximo do Termo de Referência).
- O local de execução dos serviços objeto será o indicado no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

**ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS****1. Identificação dos Riscos**

Com base na metodologia de gestão de riscos da Prefeitura de Fortaleza e nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, foram identificados os principais riscos associados às fases de planejamento, contratação e execução da contratação ora pretendida. A análise baseou-se em critérios técnicos voltados à mitigação de riscos que possam comprometer a eficiência, a eficácia e a vantajosidade do objeto.

1.1 Riscos na Fase de Planejamento e Contratação

Risco 1: Elaboração inadequada do Termo de Referência, com especificações técnicas incompletas ou pouco claras, ocasionando falhas na definição das obrigações da contratada.

Risco 2: Pesquisa de preços insuficiente ou defasada, resultando em estimativa orçamentária inadequada, com potencial sobrepreço ou inexecuibilidade.

Risco 3: Baixa competitividade do certame, decorrente de critérios de habilitação excessivamente restritivos ou falhas na divulgação do edital.

1.2 Riscos na Fase de Execução Contratual

Risco 4: Inadimplemento contratual pela empresa vencedora, ocasionando atrasos ou paralisação na execução dos serviços essenciais, como poda, transporte e compostagem.

Risco 5: Desempenho técnico-operacional insatisfatório da contratada, comprometendo a qualidade das intervenções e o cumprimento das obrigações ambientais.

Risco 6: Ocorrência de eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ventos fortes, enchentes), impactando o cronograma das atividades e exigindo respostas emergenciais imediatas.

2. Avaliação dos Riscos

A avaliação dos riscos foi realizada com base na matriz de riscos da Controladoria Geral do Município (CGM) de Fortaleza, considerando os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto potencial. Essa abordagem permite classificar os riscos em níveis (baixo, médio e alto), auxiliando na priorização das estratégias de mitigação.

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco
Risco 1	Média	Alto	Alto
Risco 2	Média	Médio	Médio
Risco 3	Baixa	Alto	Médio
Risco 4	Média	Alto	Alto
Risco 5	Média	Médio	Médio
Risco 6	Baixa	Alto	Médio

3. Estratégias de Mitigação**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Foram definidas estratégias de mitigação alinhadas à Instrução Normativa nº 05/2023 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e às boas práticas de governança e gestão de riscos.

3.1 Riscos na Fase de Planejamento e Contratação

Risco 1: Submeter o Termo de Referência a revisões técnicas por equipe multidisciplinar (engenheiros agrônomos, gestores ambientais, equipe jurídica e de fiscalização) e promover capacitação contínua dos servidores responsáveis pela sua elaboração.

Risco 2: Ampliar as bases de pesquisa de preços, incluindo consultas a contratos similares em outras capitais, cotações com empresas locais e regionais e utilização de bases oficiais de preços públicos.

Risco 3: Assegurar ampla divulgação do edital em plataformas oficiais, veículos de grande circulação e canais digitais, além de revisar criteriosamente os requisitos de habilitação.

3.2 Riscos na Fase de Execução Contratual

Risco 4: Inserir cláusulas contratuais com penalidades claras para inadimplemento, exigir garantias contratuais (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) e realizar acompanhamento contínuo das metas.

Risco 5: Implantar indicadores de desempenho (tempo médio de atendimento às OS, percentual de resíduos destinados à compostagem, cumprimento de prazos) e realizar reuniões periódicas de avaliação técnica com a contratada.

Risco 6: Estabelecer planos de contingência para eventos climáticos extremos, prevendo rotas alternativas, equipes emergenciais, cronogramas de recuperação e comunicação imediata com a Defesa Civil.

4. Gestão de Riscos

A gestão dos riscos será objeto de monitoramento contínuo pela equipe responsável pela fiscalização do contrato. Estão previstas revisões periódicas para avaliar a eficácia das ações implementadas, com possibilidade de ajustes sempre que necessário.

5. Conclusão

Essa Análise de Riscos integra o processo de planejamento da contratação, em consonância com a Instrução Normativa nº 05/2023 da Prefeitura Municipal de Fortaleza e com os princípios da Lei nº 14.133/2021, assegurando a efetividade, a eficiência e a conformidade da execução contratual.

Fortaleza - CE, data da última assinatura digital.

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 089720/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SCSP E A (O) CONTRATADA _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SCSP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.524.445/0001-73, com sede nesta Capital, na Av. Pontes Vieira, 2391 – Bairro Dionísio Torres – CEP 60.135-237, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público e a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como os Decretos Municipais pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto **O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES, COM VISTAS À DESOBSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA REDE SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS VEGETAIS PROVENIENTES DA PODA, decorrente da Ata de Registro de Preços nº _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	QUANTIDADE	Valor Unitário (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Serviços de Poda em Árvore de Porte Pequeno até 4,00m	15130	1.760		
2.	Poda em árvore de médio porte (DAP entre 40 e 60 cm	15130	1.440		

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 | UASG: 927744

	ou altura de 4,1 até 8m				
3.	Poda em árvore de grande porte (DAP entre 60 e 80 cm ou altura de 8,1 até 14m)	15130	470		
4.	Poda em árvore de extragrande porte (DAP acima de 80 cm ou altura acima de 14,1m)	15130	60		
5.	Compostagem de resíduos provenientes da poda	15130	12		

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital de Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de ____ (____) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$ _____, considerando os quantitativos previstos na ordem de serviço e os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº ____.

4.2 O valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

4.3. Estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da apresentação da proposta, mediante aplicação do índice IPCA.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Execução sob demanda, mediante ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE, conforme necessidade da Administração.

7.2. As condições de execução e prazos estão definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

9.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato ou por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.6 deste contrato.

9.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 9.7, observada a legislação que rege a matéria.

9.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.11. No caso de alteração do valor do contrato, e/ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada e/ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

9.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme previsto especificamente no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as especificações técnicas;

10.3. Realizar poda de árvores garantindo a desobstrução da iluminação pública e da rede semafórica;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Efetuar a remoção, transporte, trituração e destinação final dos resíduos vegetais;

10.6. Cumprir a legislação ambiental vigente.

10.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Disponibilizar equipe qualificada, equipamentos e EPIs, em conformidade com o Termo de Referência.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Como condição para a assinatura do contrato ou emissão da primeira Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade ambiental e a dos serviços de destinação de resíduos, incluindo autorizações de transporte e operação, bem como a emissão de MTR, CTR ou documento equivalente, quando exigível.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e neste Contrato;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.14. Comunicar à Contratada, planejamento de mudança de localização, bem como de mudança de desativação de unidade consumidora, ambas atividades no prazo mínimo de antecedência de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.

12.2. O modelo de gestão e de fiscalização do contrato seguirão as regras constantes no Termo de Referência, bem como na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13.1. Será admitida subcontratação parcial de atividades acessórias, vedada a subcontratação integral.

13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

13.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

13.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;

13.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “14.1.2”, “14.1.3” e “14.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “14.1.5”, “14.1.6”, “14.1.7” e “14.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens “14.1.2”, “14.1.3” e “14.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.2.4. A penalidade de multa observará os critérios, faixas e limites estabelecidos no Termo de Referência, constituindo parte integrante deste contrato.

14.2.4.1. A multa moratória será aplicada nos casos de atraso na execução, na forma definida no TR.

14.2.4.2. As multas compensatórias serão aplicadas conforme a classificação da infração, observados os limites percentuais estabelecidos no TR.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal ComprasFOR do Município de Fortaleza.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3. Indenizações e multas.

15.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.5. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)	(nome do representante)
CONTRATANTE	CONTRATADO(A)

Testemunhas:

(nome da testemunha1)	(nome da testemunha 2)
RG:	RG:
CPF:	CPF:

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

Fortaleza/CE, data da última assinatura digital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO V – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO**

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio no procedimento licitatório destinado ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de poda de árvores, visando à desobstrução da iluminação pública e da rede semafórica, incluindo a remoção, o transporte, a trituração e a compostagem dos resíduos vegetais gerados.

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio constitui faculdade da Administração, cuja admissão ou vedação deve ser motivada à luz das características do objeto e do interesse público envolvido.

No presente caso, o objeto possui natureza comum, contínua e rotineira, sendo amplamente executado por empresas que atuam individualmente no mercado e que dispõem, isoladamente, de capacidade técnica, operacional e econômico-financeira suficiente para sua integral execução. Não se identifica complexidade, conjugação de capacidades ou associação de expertises distintas que justifiquem a formação de consórcio para viabilizar o atendimento da demanda.

Ademais, a natureza contínua dos serviços e a necessidade de uniformidade operacional, de gerenciamento integrado das equipes e de centralização das responsabilidades técnicas e administrativas recomendam que a execução recaia sobre um único responsável, o que confere maior segurança à fiscalização e assegura a padronização dos procedimentos, fatores especialmente relevantes por envolverem a segurança viária e o funcionamento adequado da iluminação pública e da rede semafórica.

A admissão de consórcios, neste caso, não se mostra necessária para ampliar a competitividade ou viabilizar a execução do objeto, podendo, ao contrário, reduzi-la, na medida em que empresas plenamente aptas a concorrer de forma autônoma poderiam optar pela disputa conjunta, diminuindo o número de propostas independentes à disposição da Administração. A fundamentação técnica detalhada encontra-se consignada no item 23 do Anexo I – Termo de Referência, que integra o presente Edital para todos os fins.

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio atende ao interesse público, preserva a competitividade do certame e mostra-se plenamente compatível com as características e a dimensão da contratação pretendida, razão pela qual a Administração, no exercício da faculdade prevista no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, opta, de forma motivada, por vedá-la no presente certame.

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

(NOME DA LICITANTE), declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO VII - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

A presente licitação tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES, COM VISTAS À DESOBSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA REDE SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS VEGETAIS PROVENIENTES DA PODA**. Atendendo ao que preconiza a Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União, no instrumento convocatório, deverá ser utilizado para critério de aferimento da boa saúde financeira das licitantes, com vistas a assegurar a capacidade econômico financeira suficiente para garantir a execução contratual.

As exigências utilizadas, estão dispostas no rol do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

1.1. Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 11.101/2005.

1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

3. Será objeto de julgamento o balanço patrimonial de cada exercício, separadamente, de forma independente, para fins de exigência do presente edital.

4. Os documentos referidos no subitem **03**, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 | UASG: 927744

6. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

7. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

8. A licitante deverá observar em função de suas especificidades e do montante equivalente às suas receitas, às regras constantes nos artigos 289, 294, 294-A e 294-B, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

9. No caso de Licitante recém-constituída (há menos de 01 (um) ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

10. Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá ser comprovada a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

$$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP} \geq 1,0$$

Ou

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

Ou

$$SG = \frac{AT}{PC+PELP} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

LC: Liquidez Corrente

SG: Solvência Geral

AT: Ativo total

11. Caso o subitem 12 não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovada através da apresentação do balanço patrimonial.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 | UASG: 927744

12. O patrimônio líquido é um dos conceitos mais relevantes do balanço patrimonial de uma empresa. Faz referência às contas que apontam o valor contábil de uma entidade. Para isso, leva em consideração capital social, lucros acumulados, fluxo de caixa, entre outros. O patrimônio líquido é o resultado da diferença entre os valores do ativo e do passivo de uma entidade.

13. Isto posto, julgamos que com a utilização dos parâmetros acima utilizados, em estrita consonância com a Lei n 14.133/2021, utilizamos critérios suficientes para avaliar a saúde financeira das empresas licitantes.

(assinado digitalmente)

Mara Jessyka Bulcão Pires

Secretária Executiva Municipal da Secretaria da
Conservação e Serviços Públicos – SCSP



ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/202__

Pregão Eletrônico nº:

Processo Administrativo nº: P089720/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SCSP, com sede no(a) Avenida Pontes Vieira, 2391 - Aldeota, na cidade de Fortaleza-Ceará 60130-237, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.524.445/0001-73, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, conforme deliberação constante do julgamento do Pregão Eletrônico nº ____/202__ e do respectivo resultado de homologado, publicado no de/...../202....., processo administrativo n.º P089720/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 15.608, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº _____.

II - Nos termos dos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, 15.595, de 22 de março de 2023 e 15.604, de 28 de março de 2023.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

IV - Na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES, COM VISTAS À DESOBSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA REDE SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, TRANSPORTE, TRITURAÇÃO E COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS VEGETAIS PROVENIENTES DA PODA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico Nº _____ que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pelo(s) fornecedor(es) classificado(s).

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 Este instrumento será assinado pela Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos – SCSP, Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR e pelo representante do fornecedor ou procurador legalmente constituído, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

3.2. A publicação da Ata do Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preço.

3.3. O prazo de vigência da presente Ata é de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o art. 30 a 32 do Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023.

3.4. Será incluído nesta ata, na forma de anexo, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá ao (à) Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023.

5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento;

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

6.3. O fornecedor terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído contendo obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do edital, observado o disposto no art. 105 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023)

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023)

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

6.9. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

7. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de validade da ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de Fortaleza que não tenha participado do certame licitatório poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.8. As adesões por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites quantitativos previstos nesta Ata, no Edital, no Termo de Referência e no Decreto Municipal nº 15.608/2023, preservados os quantitativos originalmente estimados e registrados para atendimento das demandas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, ressalvada hipótese de remanejamento formal autorizado pelo órgão gerenciador, nos termos desta Ata e da legislação aplicável.

7.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.2. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.3. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

8.3.1 Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

8.3.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.3.3. Responder no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

8.3.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.3.5. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS ITENS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no anexo B desta Ata, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

9.2. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

9.4. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.5. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.6. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.7. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preço.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados, e por razão de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço será de competência do órgão gerenciador; nas hipóteses em que o descumprimento ocorrer nas contratações realizados pelos órgãos participantes e não participantes caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou quando deixar de cumprir parcial ou totalmente com as regras dispostas nesta Ata de Registro de Preço.

12.3. Nos processos para apuração e aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observados os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

12.4. O fornecedor com preço registrado que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estará sujeito, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às respectivas penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 31 de março de 2023.

13. DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Órgão Participante	Nome do Titular	Cargo	Assinatura

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	e-mail da empresa	Assinatura

Fortaleza/CE, data da última assinatura digital

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 | UASG: 927744

ANEXO A - QUANTITATIVOS RESERVADOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SPSC, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº_.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR _

**ANEXO B - DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE
VENCEDORA**

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/ CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MAR CA / FABR ICA NTE	APRES	QNT	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
VALOR TOTAL DO ITEM R\$								

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 11649 | PROCESSO ADM. Nº P089720/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 | UASG: 927744

ANEXO IX – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO	CATSER
Serviço de Poda, corte, arrancamento de árvores - áreas pública / particular	15130

Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 – 2º Andar • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número ZEXRLH9V

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5529746 e código ZEXRLH9V

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: